

Plano de ações estratégicas para o

TURISMO SUSTENTÁVEL

Plano para a viabilização da

PESCA ARTESANAL

REALIZAÇÃO

 Instituto Pólis

CONVÊNIO

 PETROBRAS

 BRASIL
GOVERNO FEDERAL

CATALOGAÇÃO NA FONTE
Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
Centro de Documentação e Informação

Plano de ações estratégicas para o turismo sustentável: plano para viabilização da pesca artesanal / Hélio Wicher Neto e Maria Judith Magalhães Gomes, coordenadores. – São Paulo : Instituto Pólis, 2016.
45p. (Caderno Temático, 7)

ISBN 978-85-7561-085-5 (Publicação Impressa)
ISBN 978-85-7561-086-2 (Publicação Digitalizada)

1. Litoral Norte, SP. 2. Turismo sustentável - Litoral Norte, SP. 3. Compensação ambiental. 4. Geração de renda. 5. Segurança alimentar e nutricional. 6. Desenvolvimento sustentável. 7. Pesca artesanal. 8. Agricultura familiar. 9. Reserva natural (conservação). 10. Sustentabilidade social e ambiental. 11. Direitos - povos e comunidades tradicionais. 12. Comunidade litorânea. 13. Caiçaras. 14. Proteção ambiental. 15. Biodiversidade. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Wicher Neto, Hélio, coord. IV. Gomes, Maria Judith Magalhaes, coord. V. Saule Júnior, Nelson, coord. VI. Klintowitz, Danielle, coord. VII. Almeida, Guadalupe Abib de, coord. VIII. Observatório Litoral Sustentável.

CDD 304.2
CDU 502.1



O trabalho Plano de ações estratégicas para o turismo sustentável: plano para viabilização da pesca artesanal de Hélio Wicher Neto e Maria Judith Magalhães Gomes, coordenadores está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

CADERNO 7 
TEMÁTICO

Plano de ações estratégicas para o

TURISMO SUSTENTÁVEL

Plano para a viabilização da

PESCA ARTESANAL



Produção do Observatório Litoral Sustentável, uma parceria entre o Instituto Pólis e a Petrobras

COORDENAÇÃO

Hélio Wicher Neto e Maria Judith Magalhães Gomes

CONTEÚDO E PESQUISA

Produção coletiva das instâncias de diálogo do Observatório Litoral Sustentável

PRODUÇÃO

Observatório Litoral Sustentável

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Maria Judith Magalhães Gomes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Bianca Pyl, Luci Ayala e Isadora Pinheiro

REVISÃO

Helena Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Renata Alves de Souza

DIAGRAMAÇÃO

Tipográfico Comunicação

EQUIPE OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL

COORDENAÇÃO

Nelson Saule Júnior
Danielle Klintowitz
Maria Judith Magalhães Gomes
Guadalupe Abib de Almeida (até junho de 2015)

SECRETARIA EXECUTIVA

Stacy Torres
Neide Pereira Santos
Reginaldo Vieira Nazário

TÉCNICOS

Adriano Borges Costa
Ana Cristina Vellardi (de agosto de 2015 até novembro de 2015)
Ana Cristina Gentile Ferreira
Anna Luíza Salles Souto Ferreira (até outubro de 2015)
Amanda Kamanchek Lemos (até novembro de 2014)
Andrea Braga Salgueiro (até junho de 2015)
Bianca Pyl
Cauê Marques (até julho de 2015)
Christiane Gasparini Araújo Costa
Diogo Soares (até janeiro de 2016)
Edson Marques Lobato
Eliane Simões (a partir de junho de 2016)
Elisabeth Grimberg
Fernanda Versolato
Gilda Helena Leoncio Nunes (de julho até outubro de 2015)
Hamilton Faria (até novembro de 2014)
Hélio Wicher Neto
Henrique Botelho Frota (a partir de setembro de 2015)
Irene Maestro (a partir de abril de 2015)
Isabel Ginters (a partir de janeiro de 2015)
Isadora Pinheiro (estagiária, a partir de junho de 2016)
Jorge Kayano
Letícia Palazzi Perez
Luci Ayala (a partir de novembro de 2015)
Marcela Oliveira Scotti de Moraes (a partir de junho de 2016)
Mariana Levy Piza Fontes (até abril de 2016)
Mariana Romão
Mônica Antonia Viana (a partir de setembro de 2015)
Paola Tesser (estagiária até maio de 2016)
Patrícia de Menezes Cardoso
Paulo Henrique de Araújo Neves (a partir de janeiro de 2015)
Paulo Romeiro
Rafael Paulo Ambrosio (até junho de 2015)
Roberto Francine Júnior
Vitor Nisida

APOIO | INSTITUTO PÓLIS

Clodoaldo Santos
Dilma Sylvéria dos Santos Nazário
Gisele Balestra
João Batista dos Santos
João Carlos Ignácio
Lucas de Figueredo
Maria Aparecida Mendes
Maria Cristina da Silva
Maria da Paixão Pereira Mota
Raul Alves da Silva
Rosângela Maria da Silva
Sandra Barbosa Pessoa
Tânia Maria Masselli



Plano de ações estratégicas para o

TURISMO SUSTENTÁVEL

Plano para a viabilização da

PESCA ARTESANAL

Conteúdo

06 Apresentação

08 Plano de ações estratégicas para o turismo sustentável

14 Objetivos

16 O turismo de base comunitária

18 Diretrizes para o desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária no litoral norte

19 Objetivos específicos para projetos de TBC

20 Mapeamento das iniciativas de TBC e acesso a recursos

21 Desenvolvimento de programas de formação

22 Uso público das unidades de conservação e seus impactos

25 Desenho de projetos voltados ao uso público das unidades de conservação do litoral norte

25 Diretrizes para o turismo sustentável no litoral norte

27 Estratégias locais relacionadas ao turismo sustentável e ao uso público das UCs

38 Os grandes empreendimentos e o turismo sustentável e de base comunitária

39 As medidas mitigatórias, compensatórias, os programas de educação ambiental, o turismo sustentável e o TBC

40 Compensação ambiental

49 Bibliografia



50	Plano para a viabilização da pesca artesanal
53	Programa nacional alimentação escolar
55	Metodologia
56	A Oficina participativa
56	Sistematização das propostas
56	Assistência técnica e burocracia
61	Infraestrutura
62	Conservação do estoque pesqueiro
63	Outros
64	Estratégias para a execução das ações
66	Parcerias
67	Planos de ação dos municípios do litoral norte
68	Caraguatatuba
74	São Sebastião
80	Ubatuba
84	Ilhabela

Apresentação

Este caderno apresenta dois documentos que resultaram da atuação do Observatório Litoral Sustentável e de suas instâncias de participação: o *Plano de Ações Estratégicas para o Turismo Sustentável* e o *Plano para a Viabilização da Pesca Artesanal*. Apesar de ambos terem sido elaborados no Litoral Norte de São Paulo e de tratarem de questões específicas de seu território e comunidades, os documentos abordam problemas comuns enfrentados pelas comunidades e suas atividades tradicionais e podem ser vistos como um importante indicativo das questões prementes de resolução.

O *Plano de Ações Estratégicas para o Turismo Sustentável* foi elaborado no âmbito da Câmara Temática de Turismo Sustentável (CTTS) do Observatório Litoral Sustentável e consolida as ações que foram discutidas em seus encontros. O foco está no uso público das unidades de conservação do Litoral Norte e no protagonismo e na autonomia das comunidades tradicionais para a realização do turismo de base comunitária.

A CTTS reuniu em seus encontros tanto representantes do setor público, como gestores das prefeituras e das unidades de conservação (UCs) do Litoral Norte e integrantes da Fundação Florestal, quanto atores sociais da sociedade civil que têm no turismo sua principal atividade – representantes de ONGs, do trade turístico e das comunidades tradicionais.

Além disso, o *Plano de Ações Estratégicas para o Turismo Sustentável* também percebeu a oportunidade presente nos processos de licenciamento dos grandes empreendimentos em profusão no Litoral Norte para promover o turismo sustentável nesse território. Assim, os recursos provenientes das condicionantes socioambientais e das compensações ambientais destinadas às UCs impactadas pelos empreendimentos são reivindicados como fontes importantes para a promoção do turismo sustentável, atividade que atende, ao mesmo tempo, a necessidades econômicas, sociais e ambientais da população impactada pelos empreendimentos. Nesse sentido, é fundamental que os órgãos licenciadores estaduais e municipais, bem como os órgãos gestores das unidades de conservação, passem a enxergar essa atividade como estratégica para um desenvolvimento mais equilibrado do Litoral Norte.



O *Plano para a Viabilização da Pesca Artesanal* resultou da cooperação e ação conjunta do Observatório e do Ministério Público Federal em Caraguatatuba. Em agosto de 2015, a equipe do Observatório participou de uma reunião organizada pela procuradora Maria Capucci, que contou com representantes das prefeituras locais, da Fundação Florestal, Petrobras, Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) e das colônias de pesca de Ilhabela, Ubatuba e cooperativas de pesca do Litoral Sul. No encontro, foram abordados os problemas enfrentados pelos pescadores e pelas prefeituras para a aquisição do pescado para a alimentação escolar, conforme previsto na lei do Plano Nacional de Alimentação Escolar (Lei Federal nº. 11.947 de 2009), tendo em vista que nenhuma prefeitura do Litoral Norte compra o pescado fruto do trabalho das comunidades de pescadores artesanais locais.

Desse encontro, ficou nítida a ausência de um diagnóstico organizado sobre os principais pontos que dificultam a compra do pescado, bem como a indicação das etapas necessárias para sua concretização. Assim, a equipe do Observatório se prontificou a elaborar um plano de ação que contasse com a colaboração das comunidades de pescadores e das prefeituras a partir de uma oficina participativa. Em setembro de 2015, em Caraguatatuba, foi realizada a oficina *Fortalecimento da pesca e a inclusão do pescado na alimentação escolar*. O resultado do encontro está consolidado no Plano da Pesca Artesanal aqui apresentado, com indicações específicas sobre os problemas enfrentados em cada município e nas suas comunidades pesqueiras, com a indicação de possíveis caminhos para superá-los.

Mais do que os resultados aqui consubstanciados, esse plano revela quão fundamental é a construção de processos efetivamente participativos em um território com riquezas naturais e culturais que somente serão preservadas se organizadas e atendidas em suas demandas.

Os processos participativos revelam que a população local não refuta o desenvolvimento econômico gerado pelos grandes empreendimentos, mas exige que sua voz e seu conhecimento sobre o território sejam ouvidos, respeitados e utilizados como norte para o futuro da região em que vivem.



Mapeamento dos atrativos turísticos do Litoral Norte pela Câmara de Temática de Turismo Sustentável.
Foto, equipe Pólis



Plano de ações estratégicas para o turismo sustentável



APA Marinha Litoral Norte - Sistema Ambiental Paulista

A Câmara Temática de Turismo Sustentável (CTTS) do Litoral Norte de São Paulo é uma das instâncias participativas do Observatório Litoral Sustentável, que tem por objetivo realizar a seguinte das ação estratégica da Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável do Projeto Litoral Sustentável: “Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo com foco principal no turismo de base comunitária”.

Sua atuação também inclui a diversificação das atividades de turismo sustentável nas unidades de conservação e em suas zonas de amortecimento no Litoral Norte de São Paulo.

As reuniões da Câmara Temática ocorreram ao longo do ano de 2015 e 2016 e, no período, foram estabelecidos os temas prioritários, os parceiros e as ações estratégicas para cada um dos quatro municípios do Litoral Norte de São Paulo, assim como projetos focados na integração entre os atores sociais locais que atuam no turismo em unidades de conservação, em suas zonas de amortecimento e seu potencial de uso público. Entre seus participantes, estão desde representantes da Fundação Florestal, especialmente os gestores das UCs do Litoral Norte¹ e de seus conselhos consultivos, até representantes da cadeia do turismo sustentável, técnicos das secretarias de turismo, meio ambiente e educação das prefeituras locais e representantes de organizações da sociedade civil e de comunidades tradicionais. Trata-se de um grupo aberto a todos os interessados em participar desse processo de construção coletiva que é o Observatório Litoral Sustentável.

Por meio de consensos, a CTTS buscou fomentar o debate e a elaboração de propostas com potencial de impacto regional passíveis de aplicação no território. Além disso, a Câmara Temática buscou apoiar iniciativas de fortalecimento de comunidades tradicionais que passaram a integrar a CTTS, especialmente as comunidades caiçaras da Ilha do Montão de Trigo, em São Sebastião, e das praias de Castelhanos e Bonete, de Ilhabela, em parceria com as comunidades tradicionais de Ubatuba e do Sul Fluminense.

Em relação às comunidades tradicionais, cabe ressaltar que a atuação da CTTS sempre foi norteada pelo respeito ao seu modo de vida, à sua cultura e, especialmente, sua legitimidade sobre os territórios tradicionais e sua condição de protagonistas das ações relacionadas ao turismo de base comunitária (TBC). Nesse sentido, a CTTS buscou aproximar lideranças das comunidades da Ilha do Montão de Trigo e de Castelhanos e Bonete, de Ilhabela, aos espaços de organização política existentes na região e estruturados pelos próprios comunitários. Especialmente o Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba e a Coordenação Nacional Caiçara, que integram, em parceria com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e Funasa (Fundação Nacional da Saúde),

¹ APA Marinha Litoral Norte, APA Balei-Sahy, Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleos Caraguatatuba, São Sebastião e Picinguaba) e Parque Estadual de Ilhabela.



o Observatório Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina² (OTSS). Eles foram parceiros fundamentais para viabilizar as ações que permitiram as partilhas entre comunitários e a contribuição presente neste trabalho, cujo enfoque está em tornar públicas as diretrizes e as bases que devem orientar as ações focadas no TBC para as comunidades tradicionais do Litoral Norte.

Inserido como um espaço de articulação de todos esses atores, a CTTS buscou estruturar as ações estratégicas que foram levantadas em seus encontros. Este documento busca consolidá-las de forma a se tornar uma referência para sua execução por meio de recursos destinados às políticas públicas voltadas a esse território. Além disso, a CTTS percebeu a oportunidade encerrada nos processos de licenciamentos de grandes empreendimentos em profusão no Litoral Norte para promover o turismo sustentável na região, atendendo ao mesmo tempo a necessidades econômicas, sociais e ambientais.

A possibilidade de aliar a preservação ambiental com o usufruto, valorização dos recursos naturais e a geração de renda para a população local já são foco de atuação de planos de manejo de UCs, prefeituras locais e associações. No entanto, recaem sobre eles a carência de recursos que impedem que sejam colocados em prática. Assim, a contribuição deste Plano de Ação será tanto no sentido de fornecer as diretrizes e ações debatidas no âmbito da CTTS quanto para apontar a possibilidade de financiá-las por meio das condicionantes socioambientais e dos recursos destinados para as medidas mitigatórias e compensatórias, (destinadas às UCs diretamente impactadas pelos empreendimentos), bem como para as compensações ambientais. Assim, esses processos passam a ser reivindicados como fontes importantes para a promoção do turismo sustentável e do TBC.

Essas conclusões resultaram da integração entre as Câmaras Temáticas sobre Turismo Sustentável e o trabalho desenvolvido pela Mesa de Diálogo sobre os Grandes Empreendimentos do Litoral Norte, promovido pelo projeto Observatório Litoral Sustentável. Assim, esses processos participativos integrados resultaram em propostas que buscam indicar as demandas locais/regionais em termos de ações e projetos socioambientais aos recursos financeiros destinados ao cumprimento de condicionantes e de compensações e mitigações socioambientais, caracterizadas como exigências e obrigações manifestadas pelos órgãos ambientais, nos processos de licenciamento ambiental.

2 Para mais informações sobre o trabalho desenvolvido pelo OTSS, consultar o site <http://otss.org.br>

O plano de ação ora disposto se apoia em dois eixos. O primeiro consiste na estruturação do fortalecimento do uso público das unidades de conservação e em suas zonas de amortecimento localizadas no Litoral Norte. E a segunda, como já indicado, nas diretrizes relativas ao TBC voltado para projetos que visam apoiar as comunidades tradicionais.

Por fim, são indicados os principais parceiros da CTTS que, com sua atuação voluntária, permitiram chegar aos resultados apresentados neste trabalho:

- Fundação Florestal e unidades de conservação do Litoral Norte, na figura dos gestores e monitores ambientais dos núcleos Caraguatatuba, São Sebastião e Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), Parque Estadual de Ilhabela (PEIB) e Parque Estadual da Ilha Anchieta;
- Prefeituras de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, na figura dos gestores públicos à frente das secretarias e diretorias de turismo e meio ambiente e da gestão da Área de Proteção Ambiental Baleia-Sahy (APAB/S);
- Comunidades tradicionais de São Sebastião (Montão de Trigo) e de Ilhabela (Bonete e Castelhanos), Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba e Coordenação Nacional Caiçara, que integram o Observatório Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina;
- Organizações do Terceiro Setor/sociedade civil organizada, como o Instituto Conservação Costeira (ICC), Instituto Bonete (IB), Associação Bonete Sempre-ABS, Instituto Educa Brasil e Instituto Verdescola;
- Empresas de receptivos de ecoturismo com atuação nos municípios do Litoral Norte, especialmente Ilhabela e São Sebastião, como a Green Way, Ecoexperince e Ciribai Ilhabela, entre outras.

Objetivos



Trilha Cambury-Trindade, Litoral Norte. Foto: PESM

A região do Litoral Norte de São Paulo detém uma predominância territorial de unidades de conservação caracterizada como um mosaico de áreas protegidas de conservação ambiental e cultural, além de importante corredor ecológico, com a presença de povos e populações tradicionais (caiçaras, indígenas e quilombolas), e forte vocação e potencial para o desenvolvimento de turismo sustentável e base comunitária.

Portanto, as ações e os projetos em turismo sustentável, alimentação saudável e comunidades tradicionais devem trabalhar com objetivos que promovam o envolvimento, a percepção e conscientização dos diferentes atores sociais locais para a importância de se investir em melhorias socioambientais e das condições de vida local/regional e de seus habitantes.

Objetivos gerais:

- Conservar, recuperar e promover a conservação do patrimônio cultural, histórico e natural do território, na perspectiva de criar uma identidade regional de território mosaico;
- Articular os atores estratégicos (setores públicos, privados e comunidades tradicionais) e financiadores (empreendedores) para a viabilidade e a implementação de ações e projetos estratégicos sobre temáticas (demandas socioambientais da sociedade) voltadas ao desenvolvimento sustentável regional;
- Integrar os espaços de discussão sobre o turismo sustentável com espaços de diálogo, como a Mesa de Diálogo do Observatório Litoral Sustentável no Litoral Norte de São Paulo, priorizando estrategicamente a viabilidade de ações e de projetos socioambientais de forma integrada e complementar;
- Envolver e integrar os setores da sociedade (público, privado e comunidades) no planejamento e na dinamização de economias criativas e solidárias, como o turismo sustentável, com ênfase em observação de aves e turismo de base comunitária de forma ampla e participativa;
- Apoiar a estruturação de espaços autônomos de debate com a participação exclusiva de comunidades tradicionais e suas representações, de modo a garantir o acesso e a discussão livre e informada sobre políticas, programas e projetos, garantindo às comunidades tradicionais a participação protagonista nos espaços de concertação, de forma equânime e justa;
- Criar um sistema de governança visando a criação de identidade, administração e gestão do destino turístico (Território Mosaico LN), por meio de parcerias entre os atores estratégicos;
- Criar um processo de comunicação permanente e disseminação de informações em rede, por meios digitais, sobre as ações de turismo sustentável;
- Aproximar as estratégias institucionais locais às tendências de um mercado mais global e aos desenvolvimentos tecnológicos relevantes;
- Disponibilizar dados atualizados das temáticas priorizadas no âmbito das câmaras temáticas que contribuam para a sensibilização e a integração dos agentes institucionais (agentes públicos, órgãos licenciadores e empreendedores) acerca da importância do desenvolvimento regional sustentável;
- Integrar atores estratégicos (públicos, privados e comunidades) locais/regionais na promoção do turismo enquanto pilar do seu planejamento estratégico, procurando a adequação dos investimentos e das infraestruturas públicas e estimulando a participação de todos;
- Identificar e replicar boas práticas de desenvolvimento, economias criativas e solidárias, como o turismo sustentável, com ênfase em observação de aves e turismo de base comunitária, facilitando a contribuição efetiva das parcerias locais e dos resultados do seu trabalho, para as estratégias locais e regionais de turismo;
- Ampliar o conhecimento acerca dos conceitos que envolvem o setor turístico, visando obter informações, preparar e implantar ações e projetos turísticos, além de monitorar a sua eficácia;
- Providenciar meios que fortaleçam a discussão e a reflexão sobre questões fundamentais acerca dos conceitos e das práticas de desenvolvimento sustentável.

O turismo de base comunitária



Plano para a viabilização da pesca artesanal

Reunião da Câmara Temática de Turismo Sustentável: Foto: equipe Pólis

O turismo de base comunitária diz respeito a atividades e serviços desenvolvidos pelas comunidades tradicionais.

Permite a organização de seus membros e das famílias no sentido de se envolver de forma ativa em todas as etapas do trabalho: no planejamento, na execução, na avaliação e no monitoramento das atividades.

Um dos princípios do turismo comunitário ou de base comunitária, definido pelo WWF-Internacional (2002 apud MENDONÇA, 2004, p. 4) é aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e sua gestão. Por meio do envolvimento participativo desde o início dos projetos de turismo e cuja maior parte dos benefícios devem ser proporcionados às comunidades locais.

A proposta do turismo de base comunitária surgiu de uma série de debates sobre o tipo de turismo desejável, principalmente, às comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, e sobre a necessidade de criação de novas formas de turismo, construídas em um modelo mais justo e equitativo, que levasse em consideração a sustentabilidade ambiental e que colocasse a população local no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento das atividades turísticas.



Esses debates alcançaram maior repercussão no Brasil durante o V Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, e culminaram na Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível (NEUHAUS; SILVA, 2006). Nela o grupo de intervenções em turismo do fórum reafirmou essa nova proposta de turismo, baseada na autogestão da atividade pelos atores sociais locais, e se configurou como uma crítica ao desenvolvimento centralizador e excludente vigente na sociedade atual.

Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo de base comunitária se configura assim como uma alternativa aos projetos turísticos tradicionais: o turismo comunitário questiona o mito do turismo como gerador de emprego e renda e denuncia as políticas centradas na atração de investimentos que não levam em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais (TURISOL, 2008. p. 3).

Segundo a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL (2008), o turismo de base comunitária tem como princípios:

- A participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território, ou seja, a comunidade deve ser proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais;
- A concepção do turismo como uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas na comunidade;
- A geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços justos, satisfazendo a comunidade e o turista, além de promover a distribuição de renda entre os moradores locais;
- A valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local. As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, mas de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar;
- A concepção do modo de vida local como principal atração turística da comunidade;
- O entendimento de que a atividade turística só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca;
- A relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade. O turista é visto como um parceiro, não como um cliente;
- A conservação e a sustentabilidade ambiental;
- A cooperação e a parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária;
- O trabalho com regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local em relação à gestão do turismo em seu território;
- O auxílio na luta pela posse da terra pela comunidade através do turismo de base comunitária.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL NORTE

A beleza cênica e a existência de características culturais próprias são ativos turísticos relevantes para o Litoral Norte. Essas características estão intimamente relacionadas à existência e permanência das comunidades tradicionais e a seu relevante papel na manutenção da cultura regional e de boa parte da sociobiodiversidade da região.

A partir dos anos 1970, com a ampliação do acesso à região por intermédio da abertura de novas estradas, amplia-se a fragilidade e as ameaças às comunidades representadas pela perda de territórios, por processos de grilagem de terras e também pela sobreposição da demarcação de unidades de conservação ao seu território, que muitas vezes estabelecem regras incompatíveis com os usos tradicionais das comunidades.

O turismo de base comunitária (TBC) é uma das estratégias de desenvolvimento e resistência das comunidades tradicionais e pode ser observado, como maior ou menor estruturação, em boa parte do Litoral Norte. As iniciativas existentes nas unidades de conservação (UCs), embora contem com a participação de comunitários, não garantem sua autonomia, já que permanecem sujeitos às regras convencionadas pelos órgãos gestores das UCs. Além disso, a questão da regularização da posse e propriedade do território historicamente habitado pelos comunitários é tida como uma questão central e prioritária para garantir a permanência dos povos e a preservação de sua cultura. Nesse sentido, as ações voltadas ao TBC devem sempre se atentar para as questões fundiárias não resolvidas, buscando sempre atuar em prol dos comunitários e de sua autonomia.

Já a capacidade de interlocução dessas comunidades com os demais segmentos da sociedade é bastante variada, sendo maior em regiões com a presença de movimentos e organizações sociais protagonizados pelos próprios comunitários, como nos municípios de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis, articulados pelo Fórum de Comunidades Tradicionais, e mais fragmentada em locais isolados ou mesmo onde a presença do turismo de veraneio é mais marcante e assimilado pelas comunidades. As ameaças a que são submetidas – usurpação de territórios, perda de cultura e pobreza – são bastante próximas de sua realidade cotidiana, reforçando a partilha de experiências e conhecimentos como um importante instrumento de preservação da cultura e do território, devendo ser valorizada e promovida independentemente de recortes administrativos federais, estaduais ou municipais que se sobrepõem à presença das comunidades.



Assim, o TBC, para além de um instrumento de promoção do turismo pura e simplesmente, é uma ferramenta de afirmação política, identitária e, acima de tudo, de luta pelos territórios tradicionais, sem os quais a cultura não se realiza. E é a cultura local o maior ativo turístico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA PROJETOS DE TBC

Os objetivos específicos para os projetos de TBC tratados a seguir resultaram do diálogo entre a CTTs, as comunidades locais de São Sebastião e Ilhabela, o Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba, a Coordenação Nacional Caiçara e o Observatório Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina. Trata-se de diretrizes que buscam dialogar com as reivindicações de autonomia e protagonismo dessas comunidades para a realização do TBC, bem como com o estágio atual das iniciativas turísticas e produtivas realizadas em seu território.

Assim, os projetos de TBC devem ter como **promotores e beneficiários** as comunidades tradicionais que têm hoje como uma das suas principais estratégias de fortalecimento e desenvolvimento o intercâmbio e a partilha de experiências entre as iniciativas regionais e outras em nível nacional, realizadas pelos comunitários. Além das partilhas, as diretrizes também apontam para ações voltadas à formação técnica e profissional que possibilitem aos comunitários o desenvolvimento de iniciativas mais estruturadas para viabilizar o turismo de acordo com suas necessidades e vontades.

Um projeto de fortalecimento do TBC deve:

- Ampliar a capacidade de participação informada, protagonismo das comunidades e comunitários, no território e nos negócios;
- Preservar o patrimônio cultural das comunidades;
- Fortalecer as organizações locais;
- Identificar e partilhar experiências em TBC;
- Criar referencial teórico e de práticas;
- Qualificar as iniciativas produtivas;
- Estruturar os empreendimentos associativos comunitários de TBC;
- Preservar o patrimônio natural e a paisagem cultural do território.

Mapeamento das iniciativas de TBC e acesso a recursos

O mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária, pelas próprias organizações representativas dessas comunidades, é uma ação fundamental para o conhecimento do estágio das iniciativas de cada comunidade. Dessa forma, o mapeamento deve servir para orientar as ações e os projetos, adequando-os às necessidades das comunidades, que poderão decidir quais aspectos são prioritários para estruturação de iniciativas em TBC.

Já a criação de programas específicos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental voltados às comunidades tradicionais deve efetivamente destinar recursos para as organizações comunitárias, permitindo seu protagonismo em todas as etapas dos ciclos dos projetos e empreendimentos sociais e também que possam definir os parceiros que os apoiarão no seu processo de formação e aprendizado.



Desenvolvimento de programas de formação

Como já apontado, as comunidades do Litoral Norte encontram-se em diferentes momentos das iniciativas relacionadas ao TBC. Enquanto as comunidades de Ubatuba possuem um caminho importante já percorrido na organização comunitária voltada à administração de empreendimentos turísticos e produtivos (Comunidade do Quilombo da Fazenda e do Sertão de Ubatumirim, por exemplo), outras, como a comunidade da Ilha do Montão de Trigo, em São Sebastião, enfrentam problemas relacionados à sua condição de isolamento geográfico e precariedade de infraestrutura³ e que precisam ser enfrentados, bem como o apoio à própria organização da comunidade para a exploração seu potencial turístico.

A seguir, são elencados os principais temas estabelecidos pelas comunidades para programas de formação com metodologia apropriada e participativa, que necessariamente devem ser objeto de consulta prévia e protagonizados pelos comunitários, voltados à consolidação do conceito de TBC e ao desenvolvimento de habilidades que permitam a sua construção:

- Questões legais relacionadas às atividades de TBC: (i) aspectos jurídicos e tributários das atividades econômicas e (ii) aspectos sanitários;
- Governança das comunidades para gestão das iniciativas de TBC;
- Gestão financeira e contábil;
- Comunicação social e marketing;
- Boas práticas de produção;
- Mercado e comercialização;
- Mobilização de novos recursos.

³ Os principais problemas enfrentados pela comunidade da Ilha do Montão de Trigo foram tratados no relatório de visita da CTTS à comunidade, que está disponível no site do Observatório Litoral Sustentável a partir do endereço: <http://litoralsustentavel.org.br/relatorio/relatorio-de-visita-e-reuniao-com-a-comunidade-ilha-do-montao-de-trigo>

Uso público das unidades de conservação e seus impactos



Praia e Rio da Fazenda, Picinguaba. Foto PESM



Os programas de uso público das unidades de conservação são estratégicos, uma vez que reúnem um conjunto de ações que promove a possibilidade de inserção dessas unidades de conservação no contexto da sociedade local e regional. A sociedade pouco compreende a importância de uma área protegida e dificilmente se compromete com sua conservação se não pode usufruir dela, ainda que apenas indiretamente. A própria governabilidade das unidades de conservação e a sua capacidade de proteção dos atributos naturais e culturais, que motivaram a sua criação, estão diretamente relacionadas à capacidade instalada de interação com a sociedade, em especial do seu entorno, municipalidade e região.

Portanto, entende-se que a manutenção da integridade das unidades de conservação será tanto maior quanto mais a população local interagir com o seu território, de forma positiva, auferindo retorno que impacte a qualidade de sua vida cotidiana. As atividades de uso público constituem-se na principal possibilidade de ligação entre o território das unidades de conservação e seu entorno, já que propiciam a integração entre UCs, comunidade local e visitantes por meio de diversas frentes de ações, tais como:

- Atividades de esporte, lazer, entretenimento, descanso e contemplação;
- Geração de postos de trabalho relacionados às práticas de uso público no interior e entorno das unidades de conservação, incluindo a implantação de empreendimentos de pequeno e médio portes, com características de gestão familiar, envolvendo prioritariamente a comunidade local;
- Possibilidades de formação de identidade positiva com a unidades de conservação, diante da vocação para a conservação ambiental que o território abrangido por ela apresenta;
- Desenvolvimento do sentido de pertencimento mútuo em relação ao território preservado, orgulho pelo diferencial protegido em relação a outras localidades;
- Compartilhamento de responsabilidades em relação à integridade dos ecossistemas, tendo em vista todo o retorno socioeconômico local e regional que a unidade de conservação pode desencadear ou potencializar e sem perder de vista a construção de perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a infraestrutura das UCs para o uso público e as atividades de ecoturismo, como a monitoria ambiental com foco em observação de aves⁴ desenvolvidas a partir dos programas de uso público nas unidades de conservação e em suas zonas de amortecimento, ganham cada vez mais relevância, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de economias criativas, solidárias e sustentáveis, baseadas em metas e princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica permeados pela ética, de modo a construir processos produtivos justos e solidários (entre as pessoas e para com a natureza).

A proposta de capacitação em monitoria socioambiental deve ser construída em parceria com todos os atores sociais e parceiros envolvidos nesse processo, centrado na concepção construtivista da relação ensino-aprendizagem em que o monitor incorpora os conceitos, procedimentos e as atitudes relacionados à conservação dos patrimônios ambiental e cultural, seja nas unidades de conservação ou mesmo nas comunidades tradicionais. Também desenvolve habilidades para planejar as atividades de ecoturismo e educação ambiental oferecidas aos visitantes, refletir sobre elas e atuar em sua realização.

⁴ Para mais detalhes sobre o potencial econômico e de preservação ambiental da atividade de observação de aves ver os estudos Pivatto e Sabino (2007), Tapper (2006), Escobar (2006), Kerlinger (2000), National Survey on Recreation and the Environment (2000) e USFW (2009).

Assim, o processo de capacitação em monitoria socioambiental deve proporcionar uma formação teórica, prática e vivencial para os futuros profissionais, a fim de instigá-los a uma postura ética e ecologicamente correta, na condução de grupos, dentro e fora das unidades de conservação, em ecossistemas naturais e nas comunidades tradicionais de acordo com os conceitos e as práticas da educação ambiental, de ecoturismo e do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, contribuir na elaboração de roteiros turísticos de mínimo impacto em áreas naturais, assim como fazer com que as atividades ecoturísticas contemplem as comunidades locais e tradicionais e permitir a melhor vivência aos visitantes.

Desse modo, o monitor após o curso estará apto a conduzir grupos de visitantes com segurança e contribuir com ações preventivas e de monitoramento dos impactos gerados pela visita, sensibilizando a todos sobre a importância da conservação do meio ambiente, da cultura e dessa atividade como uma alternativa econômica criativa e solidária com as populações locais e ambientalmente correta.

Além de um aperfeiçoamento da prestação de serviços e produtos ecoturísticos, os processos de capacitação podem servir como uma ferramenta de empoderamento pessoal, possibilitando a autovalorização da mão de obra local. Entretanto, é necessário ressaltar que a capacitação faz parte de um processo contínuo de treinamento, avaliações, experiência prática e alguns desafios que integram qualquer processo de capacitação. Para tal, deve atender a objetivos básicos, tais como:

- Contribuir para a conservação dos recursos naturais;
- Promover a geração de renda para as comunidades locais;
- Promover a geração de conhecimentos teóricos, práticos e vivências socioambientais.

A observação de aves é uma vocação natural das unidades de conservação e de suas zonas de amortecimento, apesar de ainda insipiente, visto protegerem ambientes especiais ou de muita diversidade biológica. Embora uma grande parte ainda não possua plano de manejo ou programa de uso público com orientações específicas para a prática da atividade, diversos parques nacionais são destinos tradicionais para observadores de aves, como os Parques Nacionais Itatiaia/RJ, Tijuca/RJ, Chapada dos Veadeiros/GO, Emas/GO, Chapada dos Guimarães/MT, Lagoa do Peixe/RS, Canastra/MG e Viruá/RR.



Essa atividade tem se mostrado uma importante fonte de renda para diversas RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural), que encontram na mesma uma alternativa sustentável de recursos, como acontece nas Reservas Buraco das Araras e Estância Mimosa/MS, Guapiaçu/RJ e Rio das Furnas/SC, entre tantas outras. O observador de aves contribui ao aumentar o conhecimento sobre a avifauna dos parques e de certa forma fornece informações gerais sobre o status das espécies do local. Cabe ao órgão gestor das unidades estabelecer regras de visitação e conduta, além de normas que possam contribuir nesse processo, incentivando a visitação das unidades pelas quais são responsáveis.

Por fim, atividades de monitoria ambiental com foco em observação de aves promovidas em parques públicos que envolvem a comunidade podem ser importantes promotores da conservação, visto levar educação ambiental e informações sobre essas unidades aos moradores de entorno.

DESENHO DE PROJETOS VOLTADOS AO USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL NORTE

O desenvolvimento de turismo sustentável nos municípios e nas unidades de conservação de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatuba e Ubatuba, como alternativa de economia criativa e solidária que promova a geração de emprego e renda e adiciona valor ao território, é uma estratégia de alto impacto positivo social, econômico e ambiental, tendo como premissa a conservação das paisagens e o fortalecimento das áreas protegidas e das comunidades tradicionais como um dos principais valores do território.

Diretrizes para o turismo sustentável no litoral norte

As unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e as comunidades tradicionais são os principais patrimônios que o LN oferece àqueles que buscam conhecer seu território e que podem conciliar o desenvolvimento com a conservação por meio do uso estratégico dos seus recursos, escapando da lógica do turismo de veraneio que se esgota com o fim do verão. O turismo sustentável, como um dos principais desdobramentos do uso público das unidades de conservação, pode ser destacado como um importante vetor econômico para o desenvolvimento do Território de Mosaico de Unidades de Conservação no Litoral Norte de São Paulo.



A integração da cadeia produtiva do turismo com a gestão das unidades de conservação, ao utilizar estratégias de gestão territorial de forma equilibrada e efetiva, pode transformar a capacidade de competir do destino Território Mosaico, trazendo benefícios para conservação e o desenvolvimento social e econômico de um território.

Para tal, torna-se necessário:

- Engajar o empresariado no esforço pelo desenvolvimento do destino Território Mosaico (atrativos turísticos, hotéis, restaurantes, serviços etc. devidamente qualificados);
- Promover a capacitação dos profissionais de maneira a proporcionar a sua constante qualificação;
- Utilizar racionalmente os atrativos turísticos, com regras claras, visando preservá-los para as próximas gerações;
- Trabalhar com as comunidades, sensibilizando e capacitando os moradores locais para perceber os efeitos positivos do turismo, receber bem o turista e ativar as cadeias de produção associadas.

Destaca-se, nesse sentido, a prestação de serviços em diferentes modalidades de turismo consideradas sustentáveis, como, por exemplo, o turismo de base comunitária e a observação de aves; o manejo sustentável de produtos, recursos naturais e culturais que agreguem valor e alternativas de geração de renda para alguns dos principais grupos sociais do território – as comunidades tradicionais –, implementando uma rede de novas economias criativas e sustentáveis; a organização e disponibilização de acessos (trilhas e estradas-parques) da Mata Atlântica nas unidades de conservação e em suas zonas de amortecimento, entre outras áreas protegidas, e a integração desses elementos e atores sociais ao mercado de turismo existente na região.

Para tal, torna-se necessário identificar as alternativas produtivas sustentáveis por meio de diagnósticos dessas potencialidades produtivas à luz das especificidades e fragilidades dos ecossistemas onde serão empreendidas. Nesse sentido, perceber de que forma os atores recepcionarão as alternativas produtivas. Portanto, é fundamental a identificação das expectativas dos futuros beneficiários (trade turístico, gestores públicos e comunidades).

Estratégias locais relacionadas ao turismo sustentável e ao uso público das UCs

Esse item traz um resumo das principais estratégias discutidas pela CTTS e pelos grupos de trabalho que elaboraram os projetos de turismo sustentável para uso público das unidades de conservação, tratados no item 5.2 deste relatório. São questões concernentes tanto a estratégias locais, como a questões regionais que explicitam o estágio avançado das questões relativas ao turismo no território do Litoral Norte.

Nesse sentido, é perceptível a todos os municípios a indicação da necessidade de priorização dos projetos que dotem as UCs e suas zonas de amortecimento com a infraestrutura necessária para promover a visitação pública, bem como a capacitação das comunidades locais para atuarem nas atividades de monitoria ambiental, observações de aves e outras ações relacionadas ao turismo sustentável. Também são tratados projetos regionais estruturados, como o Projeto Estrada Parque Rio Pardo-Limeira, como caminho que interliga o planalto paulista ao litoral, também conhecido como Rota Dória. Ele envolve diretamente os municípios de Salesópolis, São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela, com forte potencial no desenvolvimento de turismo sustentável em observação de pássaros e turismo de base comunitária, reunindo os patrimônios ambiental, histórico-arqueológico-cultural e gastronômico, entre outros. Os planos de divulgação e marketing dos atrativos estão presentes como ação regional necessária para promover o TS.

Outro importante destaque que atinge todos os municípios é a necessidade da elaboração dos planos diretores de turismo sustentável. Esse instrumento de planejamento e priorização das ações voltadas às atividades de turismo é fundamental para garantir os recursos orçamentários necessários e permitir o controle social e a reivindicação da implementação dos projetos.

SÃO SEBASTIÃO



Com base no conjunto de dados acumulados, na troca de experiências, nos acordos institucionais, encaminhamentos e trabalhos sobre os temas prioritários que estão sendo desenvolvidos na Câmara Temática de Turismo Sustentável, o grupo de trabalho formado em São Sebastião destacou, prioritariamente, a necessidade de integração e de planejamento de ações entre a Prefeitura de São Sebastião, as unidades de conservação, instituições do terceiro setor e agências/receptivos de ecoturismo do mercado com vistas à elaboração de um projeto prioritário em turismo sustentável, com ênfase em observação de pássaros e de turismo de base comunitária. Um curso poderia ser realizado a partir de planejamento e integração institucional que buscará a viabilização do mesmo com base nos diagnósticos desenvolvidos na Câmara Temática de Turismo Sustentável, em 2015 e 2016, sobre a atual situação desse segmento de turismo no município de São Sebastião.

Inicialmente, foi construída uma proposta integradora que visa articular e integrar os representantes das unidades de conservação do governo do estado de São Paulo, da Secretaria Estadual de Meio Ambiental (SMA), Fundação Florestal (FF), do Núcleo São Sebastião do Parque Estadual Serra do Mar (NSS/PESM), da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e Área de Proteção Ambiental Baleia Sahy (APAB-S) do governo municipal de São Sebastião, cuja cogestão é realizada pelo Instituto Conservação Costeira (ICC), Instituição Educacional Verdescola, Associação de Bairro da Vila Sahy, Secretaria de Turismo de São Sebastião

e agências/receptivos de ecoturismo Ecoexperience e Green Way Brasil, com vistas ao desenvolvimento de um curso de capacitação em turismo sustentável que enfatize a observação de pássaros e o turismo de base comunitária voltados para a costa sul de São Sebastião.

Essa proposta inicial de projeto integrador, cujo esboço foi apresentado pelo grupo de São Sebastião na CTTS, aponta os locais com alto potencial em observação de aves em unidades de conservação: o Núcleo São Sebastião do Parque Estadual Serra do Mar – Sítio Jatobá, a APA Baleia/Sahy e a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN) tanto nas áreas terrestres como nas ribeirinhas e marítima, uma vez que essas unidades de conservação formam um corredor ecológico e biológico que as interliga junto a seus ecossistemas costeiros. Da mesma forma, em se tratando do desenvolvimento de turismo de base comunitária, o grupo identificou um forte potencial na Ilha do Montão de Trigo e já realizou uma visita ao local para averiguar as potencialidades e fragilidades existentes.

Ao longo desse processo participativo, o referido grupo também identificou lacunas no planejamento e na gestão para o desenvolvimento das atividades na cadeia produtiva em ecoturismo. Entre elas estão a indisponibilidade de monitoria ambiental e cultural em termos quantitativos e qualitativos, sendo essa categoria profissional caracterizada como um dos principais elos da cadeia produtiva do mercado de turismo, ausência de políticas públicas e de comunicação entre as instituições e a cadeia produtiva de turismo sustentável.

Objetivamente, a criação de coordenação e/ou governança para o desenvolvimento de um plano de turismo sustentável com planejamento e execução de ações deverá suprir as lacunas. Ele deve, prioritariamente, promover oficinas de capacitação de monitores ambientais e culturais, assim como a capacitação e troca de experiência entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva de turismo sustentável no município. Dessa maneira, desenvolver estrategicamente o planejamento e alinhamento de ações a serem desenvolvidas pelos representantes do governo do estado de São Paulo – SMA, FF, NSS-PESM, APAMLN e APAB-S do governo municipal de São Sebastião, juntamente com a cadeia produtiva do turismo sustentável e instituições do terceiro setor, com ênfase em observação de pássaros e turismo de base comunitária.

A consecução desse plano incentivará novas oportunidades de trabalho e geração renda, por meio de economias criativas e sustentáveis, em áreas ambientalmente protegidas como as unidades de conservação, com ampla possibilidade do envolvimento de

comunidades locais e tradicionais. Elas irão compartilhar os seus conhecimentos empíricos acerca da cultura e dos recursos naturais com os visitantes e ecoturistas.

O êxito do plano também dependerá de um conjunto de ações de comunicação e marketing, que deve identificar as ações e atividades de grande relevância para o desenvolvimento de observação de aves e turismo de base comunitária tanto nas unidades de conservação como na comunidade tradicional do Montão de Trigo.

Para tal, torna-se necessário um plano de comunicação com vistas à divulgação dos produtos e serviços turísticos sustentáveis locais, com ênfase em observação de pássaros e turismo de base comunitária. Além disso, é necessário definir estratégias de divulgação em oficinas integradas entre os diferentes conselhos consultivos estaduais e municipais existentes na região que tratam de temas relacionados ao turismo sustentável; facilitar a comunicação entre as agências e os receptivos de turismo/ecoturismo, as comunidades, a prefeitura e a unidade de conservação; criar um calendário regional de eventos e atividades sobre estas temáticas; desenvolver a coordenação institucional para a realização de eventos em que as UCs ordenem atividades e que a gestão municipal venha a promovê-las; centralizar informações de agendamento para as atividades em turismo sustentável e implantar o voucher único. A associação de monitores deve direcionar seus profissionais para determinados públicos alvos.



ILHABELA



Um projeto de capacitação em turismo sustentável (observação de aves e turismo de base comunitária) para monitores ambientais e guias de ecoturismo em Ilhabela está sendo articulada entre o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), a prefeitura e a sociedade civil no âmbito da Câmara Técnica de Ecoturismo do PEIb que, por sua vez integra o Conselho Municipal de Turismo (Comtur). Tais articulações ganharam força no contexto da Câmara Temática de Turismo Sustentável (CTTS) do Observatório Litoral Sustentável.

A estratégia de integração e fortalecimento institucional utilizará recursos financeiros do FUNDTUR (Fundo Municipal de Desenvolvimento ao Turismo), por meio de adequação de leis e desenvolvimento de políticas públicas que envolvem o Governo do Estado de SP/PEIb e o Município/Comtur, com base na integração dos atores e a proposição de contratação de consultorias especializadas para a estruturação desse processo de capacitação em monitoria socioambiental. O Observatório do Litoral Sustentável e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) colaboram com esse processo.

Destaca-se, da mesma forma, a premência de se estruturar roteiros em turismo sustentável que devem ter como base informações acerca do mercado e do perfil dos usuários desse segmento turístico, além de levantamento atualizado sobre políticas públicas na área, bem como as experiências exitosas da livre iniciativa, uma vez que Ilhabela é o município que mais desenvolve o turismo como atividade econômica no Litoral Norte de São Paulo. Trata-se, portanto, da necessidade de realização de um diagnóstico sobre a atual situação do turismo sustentável, com ênfase em observação de aves e turismo de base comunitária, sobretudo acerca da disponibilidade de serviços em monitoria ambiental e cultura em termos quantitativos e qualitativos para o mercado. Com base nesse diagnóstico, promover oficinas de capacitação e troca de experiência entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva de turismo



sustentável e, dessa forma, desenvolver estrategicamente um alinhamento de ações promovidas pelos representantes do governo do Estado de São Paulo, SMA, FF, PEIb e do governo municipal de Ilhabela.

O êxito de um programa de turismo sustentável para os municípios do Litoral Norte e especificamente em Ilhabela deve identificar e priorizar as ações/atividades existentes e potenciais de grande relevância para o mercado, para a unidade de conservação e para as comunidades que possam ser incluídas em um plano de comunicação e marketing com vistas à divulgação dos produtos e serviços em turismo sustentável local e definir estratégias de divulgação a partir de oficinas integradas entre os diferentes conselhos consultivos estadual e municipais de turismo e de meio ambiente que tratam de temas relacionados ao turismo sustentável, com ênfase em observação de aves e turismo de base comunitária. Para tal, facilitar a comunicação entre as agências e receptivos de turismo/ecoturismo, as comunidades, prefeitura e a unidade de conservação; criar um calendário regional de eventos e atividades. Além disso, ressalta-se o lançamento de editais públicos voltados à cadeia produtiva do turismo sustentável e à realização de eventos. Por fim, recomenda-se a centralização das informações de agendamento para as atividades do turismo sustentável e a implantação de um “voucher” único.

Outra experiência exitosa que deve ser incorporada diz respeito ao Projeto Mercado Mata Atlântica da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que tem larga experiência nessas temáticas e pode servir de exemplo para o desenvolvimento de plano de comunicação e marketing e plano de negócios em turismo sustentável, com ênfase em observação de aves e turismo de base comunitária, sobretudo voltado para as comunidades tradicionais de Ilhabela que carecem de um melhor nível de organização no que concerne ao incremento de economias solidárias e sustentáveis.

São, portanto, estratégias com vistas à geração de oportunidades econômicas e trabalho e renda, em áreas ambientalmente protegidas como as unidades de conservação e que podem envolver as comunidades tradicionais locais. Esses atores locais poderão compartilhar com os ecoturistas os seus conhecimentos empíricos acerca da cultura e dos recursos naturais.

Para o desenvolvimento de atividades em turismo sustentável na Ilhabela é necessário melhorar a infraestrutura de visitação pública (estrutura e sinalização) tanto no PEIb como em sua zona de amortecimento e em outros locais com potencial em observação de aves e turismo de base comunitária. Ou seja, todos os atrativos com acessibilidade ao público.

Isso se justifica uma vez que as atividades de observação de aves podem ser desenvolvidas em praticamente todos os ecossistemas costeiros, além das trilhas oficiais da unidade de conservação. Nesse sentido, outro projeto de fundamental importância para o desenvolvimento de turismo sustentável para Ilhabela e para toda região do Litoral Norte e Vale do Paraíba, é a estrada-parque de acesso à Baía de Castelhanos e às suas várias praias e comunidades tradicionais. O acesso também se conecta com o Projeto Estrada Parque Rio Pardo-Limeira, como caminho que interliga o planalto paulista ao litoral, também conhecido como Rota Dória e que envolve diretamente os municípios de Salesópolis, São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela. Tem forte potencial no desenvolvimento de turismo sustentável em observação de pássaros e turismo de base comunitária, além de reunir o patrimônio ambiental, histórico-arqueológico-cultural e gastronômico, entre outros.

Em resumo, na visão da CT Ecoturismo e do Parque Estadual, os tópicos a seguir são prioridade para o desenvolvimento do ecoturismo em Ilhabela e o uso público do PEIb:

- Formação de guias e monitores ambientais;
- Fortalecimento de comunidades tradicionais com projetos de organização comunitária;
- Capacitações em empreendedorismo no segmento de turismo, abrangendo a criação de produtos de ecoturismo, TBC e plano de negócios;
- Desenvolver estudos de viabilidade econômica e de formatos de parcerias públicas e privadas ou entre Fundação Florestal e Prefeitura de Ilhabela, visando a gestão compartilhada das trilhas, especialmente com o envolvimento de associações de empresários e de comunidades locais;
- Estruturação de trilhas e atrativos;
- Revisão e elaboração de estudos de capacidade de carga;
- Estudo de viabilidade de implantação de novas atividades;
- Desenvolvimento do voucher único e de sistema de cobrança;
- Revisar/ desenvolver plano de marketing específico para as atividades e produtos ligados ao TS;
- Contratação de monitores ambientais para controle da visitação nas trilhas e condução de grupos;
- Monitoramento dos impactos da visitação e construção de sistema de indicadores de monitoramento do turismo.

As parcerias necessárias para o desenvolvimento dessas estratégias e ações podem contar com o envolvimento das seguintes instituições: Parque Estadual de Ilhabela, Petrobras, Acei, Convention Bureau Ilhabela, Companhia Docas, Marinha, Prefeitura Municipal de Ilhabela, Yacht Club de Ilhabela, CT Ecoturismo, comunidades tradicionais (ONGs e lideranças), Instituto Bonete, Associação Bonete Sempre e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

CARAGUATATUBA



O arranjo institucional articulado no âmbito da Câmara Temática de Turismo Sustentável (CTTS) no Observatório Litoral Sustentável em Caraguatatuba conta com uma situação diferenciada em termos de potencialidades e algumas facilidades já existentes no município. A sede administrativa do Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual Serra do Mar (NC/PESM) se localiza no centro da cidade, o que facilita o contato com os turistas e a divulgação de atividades.

Essa realidade de proximidade ao centro urbano facilita suas atividades relacionadas ao uso público, que já são realizadas a partir do núcleo de visitação do Parque, mas necessitam de melhorias pontuais como um projeto para a sinalização e divulgação das mesmas e do NC/PESM, bem como um projeto de melhorias no acesso já existente que leva ao parque, e a viabilização de trilhas includentes destinadas às pessoas com mobilidade reduzida e/ou com deficiência física.

Destaca-se, nesse sentido, que para a melhoria das ações em observação de aves, que já acontece no Núcleo Caraguatatuba do PESM, se torna necessário melhorar a divulgação dessa atividade na cidade e na região do Litoral Norte, bem como para o público em geral (nacional e internacional) dada a importância do segmento de turismo sustentável em termos econômicos tanto no Brasil como no mundo. Ela agrega valor à natureza, gera trabalho e renda para a cadeia produtiva de turismo e permite inserção social de comunidades locais.

Dessa forma se busca, estrategicamente, que o governo do estado de São Paulo, representado pela SMA, FF, NC e PESH, juntamente com o governo municipal de Caraguatatuba, deva se alinhar à cadeia produtiva do turismo como protagonista no desenvolvimento de um plano municipal de turismo sustentável, com ênfase em observação de aves, por meio de articulação institucional que envolva os diferentes setores da sociedade, como o governamental, a livre iniciativa e os representantes de grandes empreendimentos e do terceiro setor da sociedade civil.

As atividades de visitação pública já ocorrem no Núcleo Caraguatatuba do PESH e se encontram em situação favorável, bastando apenas melhorar as condições dessas atividades sustentáveis, por meio de uma campanha profissional de divulgação comunicação e marketing sobre as diferentes opções de turismo sustentável, com destaque em observação de aves; um projeto de estruturação das trilhas que propicie o desenvolvimento de interpretação ambiental; realização de diagnóstico (legislação, mercado de trabalho, associativismo) acerca de disponibilidade de monitoria ambiental e cultural para os atrativos turísticos, com vistas a necessidade de capacitação e qualificação técnica.

Outro projeto de fundamental importância para o desenvolvimento de turismo sustentável para Caraguatatuba e para toda região do Litoral Norte e Vale do Paraíba, é o Projeto Estrada Parque Rio Pardo-Limeira, conforme já indicado nas ações de Ilhabela. A Rota Dória revela-se, assim, como um projeto com grande potencial regional de promoção do turismo sustentável.

Soma-se a esse circuito a tradicional Rota Gastronômica do Cambuci e a Festa do Cambuci, entre outras atividades associadas às economias criativas, solidárias e sustentáveis. São organizadas pelo Instituto Auá, que conta com o apoio do governo do Estado de São Paulo e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), mas que pode ser alvo de melhorias, especialmente nas suas formas de divulgação e de adesão ao evento por parte de instituições e lideranças locais e regionais.

UBATUBA



Plano para a viabilização da pesca artesanal



CADERNO TEMÁTICO 5 TURISMO SUSTENTÁVEL E PESCA ARTESANAL

O arranjo institucional de Ubatuba em relação às atividades de turismo sustentável conta com a mobilização social da zona costeira do Litoral Norte de São Paulo e do Sul Fluminense. Trata-se do Fórum das Comunidades Tradicionais do LN-SP e Sul-Fluminense, que se reúne de forma periódica, promovendo um intercâmbio entre as comunidades tradicionais sobre turismo de base comunitária. Entre outros objetivos, este arranjo busca difundir as boas práticas do turismo de base comunitária realizado pelas comunidades tradicionais do Litoral Norte como forma de empoderamento e luta pela permanência no território. Por isso, é fundamental que o TBC e o protagonismo dos comunitários sejam incorporados pelo órgão gestor das UCs, já que seu território muitas vezes foram sobrepostos pela demarcação das UCs.

Além disso, foi indicada na CTTS por outros representantes de Ubatuba (especialmente gestores de turismo da prefeitura e gestores de UCs localizadas no município), a importância da implantação do Plano Diretor de Turismo de Ubatuba, em elaboração, como ferramenta para o desenvolvimento do turismo sustentável com qualidade. De forma geral, tanto os atrativos das unidades de conservação do município (PESM Núcleo Picinguaba e PE Ilha Anchieta), quanto os atrativos distribuídos no restante do município, com destaque para o patrimônio histórico arquitetônico, precisam

estar em boas condições de uso e com previsão de manutenções frequentes, para bom atendimento dos visitantes e para conservação do patrimônio ambiental⁵, além de adaptados para garantir o turismo inclusivo.

Também foi ressaltada a necessidade de desenvolvimento de um voucher único que integre os diversos atrativos de Ubatuba, principalmente aqueles em áreas das unidades de conservação e as opções existentes no mercado (trade turístico), para um ordenamento adequado da atividade turística, haja vista que ela é uma das principais vocações da região. Em paralelo ao voucher, é necessário o desenvolvimento de um plano de comunicação que forneça informações com qualidade ao público diverso que visita à região: utilização de materiais bilíngues e em braile, tais como folders, placas, entre outros, e a elaboração de aplicativos que facilitem a busca por informações e a própria aquisição do voucher.

Finalmente, foram ressaltados os benefícios da criação de selos de garantia de qualidade de serviços aos processos de fortalecimento e qualificação dos atrativos turísticos, os quais podem ser monitorados pela Secretaria Municipal de Turismo, em parceria com as Unidades de Conservação.

⁵ Ainda o município é dotado de bens históricos riquíssimos, os quais precisam de atenção especial para restauração e então uso adequado como atrativo turístico. Destacam-se as edificações e ruínas do antigo sistema prisional que existiu na Ilha Anchieta, bem como os prédios no centro de Ubatuba.

Os grandes empreendimentos e o turismo sustentável e de base comunitária



Plano para a viabilização da pesca artesanal



Mapeamentos atrativos turísticos do Litoral Norte pela Câmara de Temática de Turismo Sustentável. Foto: equipe Pólis

A presença predominante de espaços territoriais especialmente protegidos no Litoral Norte, de grandes plantas industriais de transformação, transporte e armazenamento de petróleo e gás e de projetos previstos ligados à logística portuária e viária são fruto de crescentes preocupações e conflitos diversos à população residente. O cenário tem em comum a destinação de investimentos financeiros voltados para a implantação desses grandes empreendimentos, mas também destinados às UCs diretamente impactadas – a partir das compensações ambientais – e as medidas mitigatórias e compensatórias apresentadas como condicionantes nos processos de licenciamento socioambiental.

Tanto as condicionantes socioambientais como as medidas mitigatórias e compensatórias foram objeto de estudos específicos no âmbito do Observatório Litoral Sustentável⁶. Elas demonstraram seu potencial para apoiar ações concretas junto às comunidades e às UCs, de forma a mobilizar e empoderar a comunidade impactada. Tratam-se, portanto, de oportunidades para se alavancar as potencialidades já existentes no território, por meio da implantação de ações e de projetos socioambientais que estão sendo apresentados, discutidos e que podem ser viabilizados a partir de várias fontes de recursos que estão sendo destinadas à região do Litoral Norte de São Paulo em razão da implantação e do funcionamento de grandes empreendimentos na região.

AS MEDIDAS MITIGATÓRIAS, COMPENSATÓRIAS, OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O TURISMO SUSTENTÁVEL E O TBC

Conforme apontamentos dos debates ocorridos na Mesa de Diálogo sobre as condicionantes socioambientais que resultam dos processos de licenciamento, cada vez é mais evidente que as ações e os projetos resultantes desses processos devem dialogar não só com a dimensão do impacto no meio ambiente natural, mas também com a dimensão social dos impactos desencadeada pelas dinâmicas inerentes aos grandes empreendimentos. A dificuldade em mensurá-los não pode inviabilizar a escolha de projetos com maior aderência às necessidades das comunidades afetadas. Assim, os instrumentos de controle e compensação de atividades geradoras devem ser ajustados a partir do diálogo entre empreendedores, órgãos licenciadores e comunidades desde o momento de definição das condicionantes.

Desta forma, órgãos licenciadores e empreendedores devem abrir seu processo de escolha e priorização de ações que dão conteúdo aos projetos de mitigação e compensação dos impactos da implantação e funcionamento para a participação dos atores comunitários impactados, sejam eles pertencentes às comunidades tradicionais ou não. O arcabouço legal vigente sobre o processo de licenciamento socioambiental já determina uma atuação nesse sentido, já que exige o foco nos impactados e nas medidas que mitigam e compensam os impactos dos empreendimentos. Cabe destacar as vantagens da destinação de recursos por meio de medidas mitigatórias e compensatórias com vistas à viabilização de projetos/demandas socioambientais, uma vez que são apresentadas e exigidas como condicionantes pelos órgãos licenciadores e são executadas de forma célere, diretamente pelo empreendedor.

6 O boletim sobre Condicionantes podem ser acessado a partir do endereço <http://litoralsustentavel.org.br/boletins/boletim-condicionantes>. Já o boletim sobre Compensações Ambientais está no endereço <http://litoralsustentavel.org.br/boletins/boletim-compensacao-ambiental>



A Instrução Normativa (IN) nº. 02/12, de 27/03/2012 da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Dilic/Ibama), que estabelece as bases técnicas para a elaboração de Programas de Educação Ambiental (PEAs) em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Ibama para todas as tipologias licenciadas pelas coordenações da Dilic, preconiza que os PEAs devem ser elaborados de acordo com os resultados de diagnósticos participativos, realizados com os sujeitos e grupos sociais afetados pelos empreendimentos. PEA: um conjunto de ações educativas articuladas voltadas ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de uma determinada região influenciada pela indústria do petróleo e gás natural. Essas ações educativas são exigidas pelo Ibama ao empreendedor em forma de projetos que são acompanhados e validados pelo órgão seguindo as orientações de normas. Estes projetos são agrupados em linhas de ações definidas por estas normas e visam diminuir ou evitar o agravamento de alguns efeitos e impactos dos empreendimentos.

Objetivos: Por meio de processos educativos, fortalecer a organização das comunidades vulneráveis que são impactadas pelas atividades de exploração e produção de petróleo e gás a fim de qualificar a participação nas decisões da gestão ambiental local e regional.

Um exemplo de projeto resultante de PEA com forte caráter de promoção da geração de renda foi apresentado na Câmara Temática de Grandes Empreendimentos da Baixada Santista do Observatório Litoral Sustentável. Trata-se do projeto *Vida Caiçara – Educação Ambiental e Turismo de Base Comunitária*, que integra o PEA da Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport) como resultado do licenciamento ambiental da ampliação do terminal portuário de Santos. Apesar de persistirem pontos de conflito entre a comunidade da Ilha Diana e a empresa⁷, o projeto ofereceu suporte pedagógico para a gestão e o desenvolvimento do monitoramento dos turistas que visitam a Ilha e têm a oportunidade de conhecer a cultura caiçara baseada nas tradições e na pesca artesanal⁸.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente, o conhecimento acerca da compensação ambiental – introduzido ao processo de licenciamento ambiental pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e regulamentado em 2002⁹ –, bem como o processo de destinação dos

7 Para um relato completo sobre a apresentação da experiência com a presença da empresa e dos comunitários, acessar a página do Observatório no endereço: <http://litoralsustentavel.org.br/grandes-empreendimentos-setor-imobiliario-e-transformacoes-regionais/compensacao-ambiental-na-ilha-diana-e-tema-de-reuniao>

8 Reportagem especial do Observatório Litoral Sustentável trata de todo o processo de implantação e funcionamento do TBC na Ilha Diana: <http://litoralsustentavel.org.br/boas-praticas/turismo-e-uma-possibilidade-de-geracao-de-renda-na-ilha-diana>

9 Lei federal nº, 9.985 de 2000 e Decreto federal nº. 4.340 de 2002.

recursos para as UCs e a escolha de projetos, era pouquíssimo difundido entre os atores sociais que participam direta ou indiretamente dos processos de licenciamento ambiental, especialmente a sociedade civil. A partir das discussões promovidas pela Mesa de Diálogo sobre os recursos das compensações ambientais destinadas às UCs do Litoral Norte sob gestão da Câmara de Compensação Ambiental de São Paulo, a CTTS elaborou quatro embriões de projetos focados no uso público das UCs e no turismo sustentável e que foram apresentados na reunião conjunta dos Conselhos das UCs, conhecido como Conselhão, realizada no dia 30 de junho de 2016, em Caraguatatuba.

O cerne da ideia é que os projetos dialoguem com as necessidades e os potenciais das comunidades locais e das entidades que os representam a partir de uma efetiva participação desses na definição do escopo dos projetos, democratizando assim a destinação dos recursos de compensação ambiental. Cumpre apontar que atualmente a escolha dos projetos com recursos da compensação ambiental ocorre de forma lenta e em uma arena decisória restrita aos gestores à frente das diretorias da Fundação Florestal, pois à Câmara de Compensação Ambiental cabe somente a avaliação dos requisitos formais dos projetos, mas não sua priorização. Durante as discussões no âmbito da Mesa de Diálogo, ficou evidente que o acesso aos recursos e à sua execução é dificultosa e que o procedimento não é claro e tampouco está incorporado à rotina de diretores e gestores das UCs. Conseqüentemente, a participação social também é limitada, já que não há previsão de sua ocorrência ao longo do processo.

O entendimento do processo de escolha de projetos também foi um ganho efetivo da atuação da Mesa de Diálogo e da CTTS, em parceria com os Conselhos Gestores das UCs. Ele gerou uma recomendação da Mesa de Diálogo para a inclusão dos Conselhos no processo decisório sobre a destinação dos recursos de compensação ambiental e sobre o estabelecimento de critérios de aplicação dos mesmos, conforme previsão do artigo 8º da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº. 371/2006.

Desse modo, foram constituídos quatro grupos de trabalho que se orientaram a partir do recorte territorial das UCs e buscaram preencher os campos do documento Plano de Trabalho, exigido pela Câmara de Compensação Ambiental para avaliar as propostas em seu colegiado. Os projetos não exauriram as exigências formais estabelecidas pela Câmara. Constituem uma importante referência sobre as potencialidades e os anseios do território e das próprias UCs para avançar na gestão compartilhada e na relação com as comunidades locais que podem se beneficiar com sua presença.

A seguir são apresentados os projetos elaborados pelos grupos de trabalho formados pela CTTS:

SÃO SEBASTIÃO



Nome do projeto: Capacitação, estruturação e promoção de produtos ecoturísticos do PESH – Núcleo São Sebastião;

UC – proponente: Parque Estadual da Serra do Mar (PESH) – Núcleo São Sebastião;

UCs – impactadas/beneficiadas: APA Municipal Baleia-Sahy APAMLN;

Valor estimado do projeto: R\$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais);

Beneficiário do projeto: Comunidades locais, trade turístico, PMSS e UCs;

- **Objetivos do projeto:** Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades ecoturísticas, objetivando a geração de emprego e renda, a sustentabilidade econômica do trade turístico, a inserção da comunidade, principalmente na baixa estação, e a conservação ambiental; (II) Observação de aves nas principais trilhas e Zonas de Amortecimento das UCs e na Estrada Parque (regional); (III) Turismo de base comunitária (TBC) na Ilha do Montão do Trigo.

Programa de uso público – plano de manejo:

- **Visitação e turismo sustentável:** (I) manejo da visitação; (II) relacionamento com parceiros institucionais; (III) infraestrutura de apoio à visitação; (IV) qualidade da monitoria ambiental; (V) relação com a comunidade local;
- **Educação ambiental:** (I) articulação e sensibilização de grupos estratégicos; (II) disponibilidade, formação e capacitação de recursos humanos; (III) monitoramento dos impactos de educação ambiental;

- Comunicação e marketing: (I) uso estratégico da sinalização; (II) comunicação para formadores de opinião e grupos de influência; (III) comunicação para comunidades locais; (IV) parcerias estratégicas para comunicação.

Etapas:

- **Etapa 1 – Capacitação de monitores ambientais**

Objetivo: Contribuir para o ordenamento das atividades turísticas no município de São Sebastião, promovendo a capacitação de monitores ambientais, o envolvimento da comunidade local em um processo de formação básica (comunidades do LN e em São Sebastião – Montão de Trigo), buscando minimizar os impactos negativos da visitação e a maximização dos aspectos positivos.

Meta: 40 a 50 participantes.

Custo: R\$ 108.000,00;

- **Etapa 2 – Curso de observação de aves**

Objetivo: Fornecer informações e técnicas que auxiliem o monitor ambiental na identificação da avifauna local; orientar sobre as principais técnicas de condução de grupos de observadores de aves em ambiente natural; ampliar as possibilidades de trabalho dos condutores e monitores ambientais, bem como consolidar São Sebastião como um importante destino para observadores brasileiros e estrangeiros.

Meta: 20 participantes. **Custo:** R\$ 20.000,00;

- **Etapa 3 – Estruturação de atrativos**

Objetivo: Implantar infraestrutura necessária à segurança do usuário e da conservação do patrimônio natural e cultural na Estrada Parque Limeira e Trilha Ribeirão do Itu.

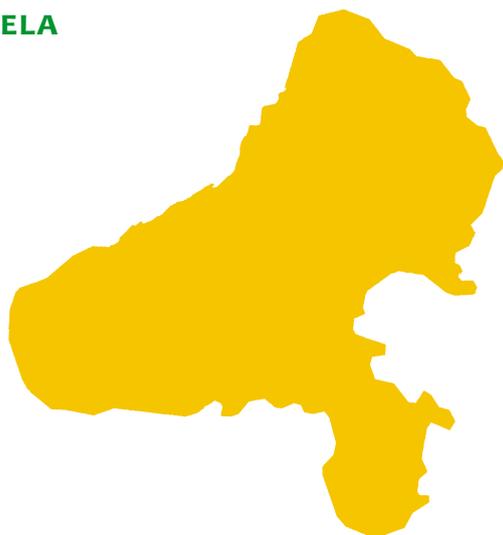
Valor Estimado: Ponte Pênsil Ribeirão do Itu – R\$ 100.000,00

- **Etapa 4 – Campanha de comunicação e marketing**

Objetivo: Divulgar os serviços ambientais das UCs do LN, sobretudo o uso público nas UCs dessa região, com destaque ao Projeto Estrada Parque/Rota Dória-PESM-Salesópolis/Caraguatatuba/São Sebastião e Ilhabela (promoção de observação de aves e do patrimônio histórico-cultural).

Valor Estimado: R\$ 200.000,00.

ILHABELA



Nome do projeto: Fomento ao ecoturismo local e regional;

UC – proponente: Parque Estadual de Ilhabela (PEIb);

Valor estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Beneficiário do projeto: Comunidades tradicionais, trade turístico, sociedade civil, município e turistas;

Objetivos do projeto:

- Elaborar indicadores condizentes com a realidade da UC para criar melhorias de acesso, estrutura e interpretação dos atrativos, com atividades de monitoria e utilizando pessoal capacitado;
- Montar planos de emergência dentro da UC, envolvendo as comunidades tradicionais, o trade e demais atores, a fim de garantir a segurança dos visitantes e operadores;
- Guias, monitores, trade e demais atores capacitados, além da adequação de atrativos para receber o público para atividades específicas;
- Garantir a qualidade do ecoturismo com a regulamentação do uso dos atrativos, envolvendo todos os prestadores de serviço e sua regularização na UC em um sistema que possibilite a garantia de visitação dentro das diretrizes estabelecidas para cada atrativo (visitantes e operadores), gerando indicadores e a garantia da sustentabilidade dos recursos da UC;
- Capacitação das comunidades tradicionais para o TBC, a fim de profissionalizar o trabalho de guia e criar novas opções de renda, auxiliando o processo de associativismo e fortalecimento ao torná-los novos atores da cadeia turística.



Programa de uso público – plano de manejo:

- Oferta técnica turística de Ilhabela;
- Atividades turístico-recreativas no entorno do PEIb;
- Atividades turístico-recreativas no PEIb;
- Infraestrutura relacionada ao uso público;
- Caracterização das trilhas, dos principais atrativos consolidados;
- Avaliação geral das trilhas;
- Gestão da visitação pública;
- Projetos, parcerias, cogestão e outras formas de manejo;
- Educação ambiental em ambientes formais na área de abrangência do PEIb.

Etapas:

- **Etapa 1 – Diagnóstico:** Demanda anual, capacidade de carga, estruturação das trilhas, atividades potenciais (arvorismo, rapel, tirolesa etc.);
- **Etapa 2 – Estruturação:** Infraestrutura de visitação, visando primeiramente a segurança (plano de contingência), acessibilidade (projeto Poço da Pedra, Cachoeira Água Branca), informação, conscientização e regulamentação das atividades de ecoturismo;
- **Etapa 3 – Capacitação:** Formação TBC, tornando as comunidades tradicionais protagonistas do seu próprio território. Formação de guias de observação de aves e adequação do trade. Reciclagem dos condutores 4x4, visando boas práticas, regras de conduta e ética;
- **Etapa 4 – Formatação de produto:** Produtos ecoturísticos completos, que proporcionem uma experiência única através de atividades que contemplem a interpretação da natureza e a interação com o local visitado, envolvendo as comunidades tradicionais caiçaras e valorizando sua cultura e seu estilo de vida (Bonete e Castelhanos): (i) **Roteiro regional:** Promoção do ecoturismo em um contexto regional, fortalecendo o Litoral Norte, consolidando rotas históricas (Rota Dória) e estabelecendo uma sinergia e uma maior interação entre os municípios/UCs integrantes; (ii) **Plano de marketing:** Implantar um amplo programa de marketing, divulgando o ecoturismo da região, valorizando sua localização estratégica (eixo RJ-SP), toda a rede e infraestrutura turística do Litoral Norte, UCs, atrativos e produtos turísticos.

CARAGUATATUBA



Nome do projeto: Parque Inclusivo Natureza para Todos – Projeto de adaptação para acessibilidade do setor sede do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) – Núcleo Caraguatatuba;

UC – proponente: PESH – Núcleo Caraguatatuba;

Valor estimado do projeto: R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);

Beneficiário do projeto: Moradores e turistas do LN;

Objetivos do projeto: Integrar o parque aos demais equipamentos acessíveis do município, vindo ao encontro das atuais políticas públicas municipais de inclusão e obtendo os seguintes resultados: (I) aumento quantitativo do público visitante; (II) inclusão das pessoas com deficiência e idosos no acesso aos equipamentos do Setor Sede Núcleo Caraguatatuba; (III) proporcionar uma nova atividade de lazer e educação ambiental às pessoas com deficiência e idosos; (IV) maior divulgação das atividades do Núcleo Caraguatatuba por esse conter atividades diferenciadas.

Programa de uso público – plano de manejo:

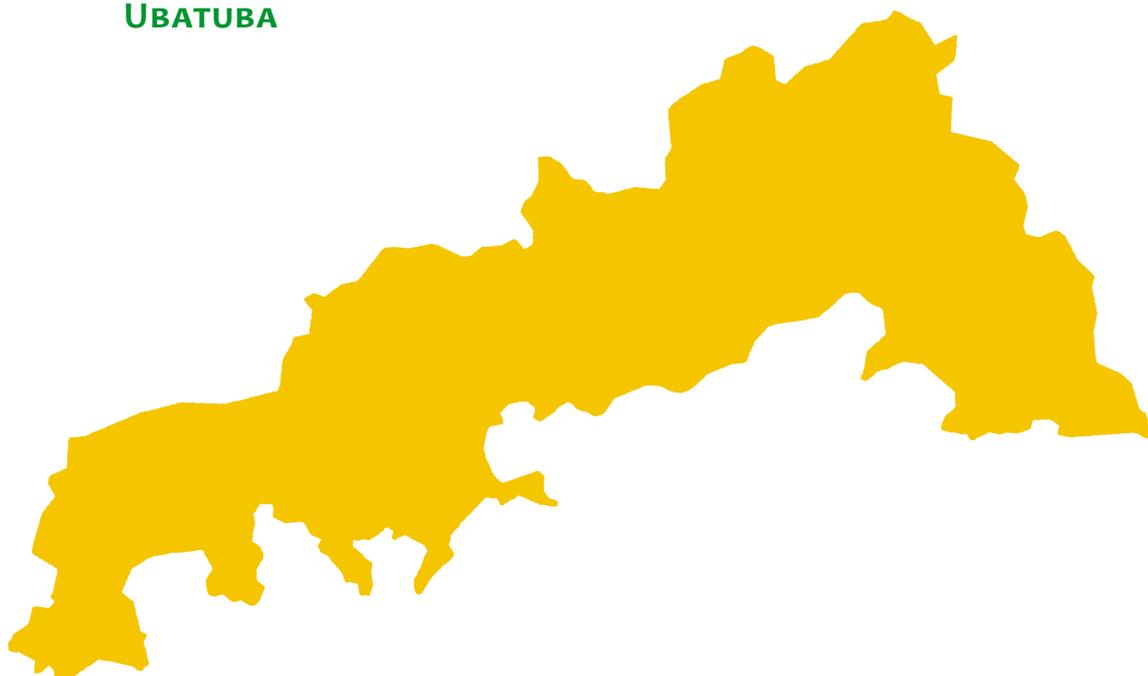
- No plano de manejo, no Subprograma Visitação e Turismo Sustentável, há menção a “direcionar, estruturar e monitorar a visitação para os diferentes tipos de público”, “promover oportunidades para o empreendedorismo, cogestão e parcerias” e “proporcionar maior variedade de experiências e oportunidades de visitação para contemplar os diversos tipos de público.”

Etapas:

- **Etapa 1:** Elaboração de projetos. **Atividade 1:** Elaboração dos projetos executivos de adaptação das estruturas de uso público do setor sede do PESH- Núcleo Caraguatatuba. **Produtos:** Projetos Executivos;
- **Etapa 2:** Execução dos projetos. **Atividade 1:** Execução das obras de implantação. **Produtos:** Obra finalizada, aquisição de equipamento e sinalização.



UBATUBA



Nome do projeto: O potencial histórico-cultural da Ilha Anchieta;

UC – proponente: Parque Estadual Ilha Anchieta;

Valor estimado do projeto: (a ser estimado a partir dos quantitativos resultantes da primeira etapa);

Beneficiário do projeto: Sociedade de forma geral, patrimônio histórico-cultural da Ilha Anchieta e Parque Estadual da Ilha Anchieta;

Objetivos do projeto:

- Valorizar os aspectos históricos do Parque Estadual Ilha Anchieta;
- Restaurar um dos pavilhões das ruínas do presídio;
- Valorização dos aspectos históricos da Ilha Anchieta, assim como a manutenção do patrimônio histórico que possui e, dessa maneira, ofertando um turismo com mais qualidade e diferenciado aos seus visitantes, além de ser um novo atrativo. Será ainda um piloto que ofertará subsídios para proporcionar novos usos das ruínas;

Programa de uso público – plano de manejo:

- No plano de manejo, na descrição da Zona de Uso Intensivo, há menção que as antigas edificações do presídio deverão ser restauradas para servirem de centro de visitantes, lanchonete, museu e demais infraestruturas. Além disso, nessa zona existem as Áreas Histórico-Culturais, onde se encontram as manifestações históricas e culturais, incluindo as arqueológicas. O plano de manejo cita que elas deverão ser preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público visitante;



- Posteriormente, nos programa de proteção, de pesquisa, de educação e interpretação, diversas vezes é mencionada a questão do restauro;

Etapas:

- **Etapa 1 – Diagnóstico – Atividade 1:** Levantamento e leitura de materiais existentes sobre a recuperação das ruínas do Parque Estadual Ilha Anchieta. **Objetivos:** Aproveitar o que já foi pensado anteriormente. **Produtos:** Levantamento bibliográfico sobre restauro;
- **Etapa 2 – Preparação do Restauro – Atividade 1:** Realizar Levantamentos. **Objetivos:** Identificação dos serviços necessários preventivos, quantificação e custos. **Produtos:** Relatórios de viabilidade técnica e análise. **Atividade 2:** Elaborar projeto básico e executivo. **Objetivos:** Lançar em desenhos, memoriais e especificações técnicas os levantamentos efetuados, dando maior precisão a serviços, quantidades, custos diretos e indiretos, formas de execução, logística e sistemas construtivos. **Produtos:** Projetos e todos os seus desenhos; **Atividade 3:** Elaborar memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas quantitativas e orçamentárias e cronogramas. **Objetivos:** Obter todas as informações necessárias para produzir o caderno técnico. **Produtos:** Memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas quantitativas e orçamentárias, cronograma físico e financeiro;
- **Etapa 3 – Restauro:** Realizar a restauração (Demolições e retiradas, recuperação estrutural, aspectos de arquitetura). **Objetivos:** Restaurar um dos pavilhões do presídio como projeto piloto de restauração das ruínas da Ilha Anchieta. **Produtos:** Um pavilhão restaurado.

Bibliografia

KERLINGER, Paul. *Economics of open space conservation*. In: Bonney, R, DN Pashley, RJ Cooper, L. Niles (eds.). *Strategies for Bird Conservation: The Partners in Flight planning approach. Proceedings of the 3rd Partners in Flight workshop*, Cape May, NJ. USDA Forest Service. Proceedings RMRS-P. 2000.

LEEWORTHY, Vernon R. *National Survey on Recreation and the Environment (NSRE) 2000*. 2001. Washington, DC: US Department of Commerce and National Oceanic and Atmospheric Administration.

NEUHAUS, Ester; SILVA, Jefferson. *Um outro turismo é possível. Reflexões Sobre Desigualdades, Resistências e Alternativas no Desenvolvimento Turístico*. Ceará, 2006.

PIVATTO, Maria Antonietta Castro; SABINO, José. *Recomendações para minimizar impactos à avifauna em atividades de turismo de observação de aves*. *Atualidades Ornitológicas*, v. 127, p. 7-11, 2005.

TAPPER, Richard. *Wildlife watching and tourism: a study on the benefits and risks of a fast growing tourism activity and its impacts on species*. UNEP/Earthprint, 2006.

TURISOL. *Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism*. Fortaleza, 2008.

WWF-BRASIL. *Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil*. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWFBrazil, 2001. In: MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda e IRVING, Marta de Azevedo. *Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil-Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE)*. *Caderno Virtual de Turismo* 4.4 (2004): 2004.



Ilhabela. Fotos Públicas/Rafael Neddermeyer



Plano para a viabilização da pesca artesanal

O Plano para a Viabilização da Pesca Artesanal no Litoral Norte aqui relatado (veja origem da proposta na *Apresentação* deste caderno) foi elaborado com base nos resultados da Oficina Inserção do Pescado na Alimentação Escolar dos Municípios do Litoral Norte de São Paulo, promovida em Caraguatatuba, em 29 de setembro de 2015, que teve como objetivo realizar um processo de esclarecimento sobre o que dispõe a Lei nº. 11.947/2009 sobre a compra de alimentos para a alimentação escolar em sua regulamentação e:

- Mapear os desafios identificados por gestores públicos e pelas organizações sociais ligadas à pesca artesanal para a ampliação da sua participação nesse mercado de compras públicas;
- Identificar os entraves burocráticos nas prefeituras locais para a implementação da política de compras de pescado artesanal para o cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Apontar estratégias para a resolução dos problemas identificados.

Além da Oficina, foram realizadas reuniões da equipe do Observatório Litoral Sustentável com técnicos do Instituto de Pesca da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, com o delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário em São Paulo e com a equipe responsável pelo acompanhamento do Projeto de Ação Participativa para a Pesca Artesanal, que vem sendo implantado pela Petrobras devido à exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) durante o licenciamento do Campo de Mexilhão.

A região enfocada neste plano engloba os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Importante destacar que no Litoral Norte do estado de São Paulo existem comunidades tradicionais que dependem fortemente dos recursos naturais da região. O ambiente marinho está em grande parte inserido na Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), e o ambiente terrestre também contém cerca de 80% de remanescentes de Mata Atlântica, protegidos por outras unidades de conservação.

Programa Nacional de Alimentação Escolar



Apa Marinha Centro. Foto: Sistema Ambiental Paulista

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Atende aos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). O programa contribui para o desenvolvimento da aprendizagem, favorecendo o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A inserção do pescado oriundo do próprio Litoral Norte de São Paulo na alimentação escolar constitui uma estratégia que atende ao menos três objetivos, o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico local, o acesso à alimentação saudável para os estudantes e o resgate de tradições alimentares, contribuindo para o fortalecimento da cultura alimentar da região.

Os resultados de pesquisas realizadas em comunidades caiçaras indicam a tendência de substituição gradual da alimentação tradicional, a exemplo do pescado, que historicamente vinha garantindo à população o consumo mínimo de proteína, por produtos de fora, como a carne bovina e o frango.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que “no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas”. Esse foi o mecanismo criado pelo programa para ampliar a inclusão social e produtiva das populações tradicionais, oferecendo ao mesmo tempo uma alimentação de maior qualidade aos estudantes e o fortalecimento da cultura alimentar e da soberania alimentar.

A garantia da promoção e do acesso à alimentação adequada e saudável assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós-consumo (geração de resíduos) é uma das diretrizes do Eixo 3 – Democratização do território e inclusão social, da Agenda criada pelo projeto do Observatório. Fortalecer a participação das organizações de pescadores artesanais no mercado das compras públicas alinha-se à estratégia definida de se “Estruturar sistemas de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos”.

Consideramos que a iniciativa de fortalecer a participação das comunidades tradicionais no mercado das compras públicas constitui uma estratégia positiva, não só de geração de trabalho e renda, mas como de afirmação da cultura alimentar dessas populações.



Metodologia

A Oficina Inserção do Pescado na Alimentação Escolar nos Municípios do Litoral Norte utilizou uma metodologia participativa com dinâmica de trabalho em grupos, registrando-se os principais problemas levantados de acordo com os diferentes setores presentes na oficina, principalmente prefeituras e pescadores.

A equipe do Observatório Litoral Sustentável realizou previamente uma análise de envolvimento dos agentes e o levantamento dos principais temas relativos ao fornecimento do pescado e a compra do mesmo pelas prefeituras.

A OFICINA PARTICIPATIVA

Estiveram presentes:

- Pescadores artesanais das colônias de pesca dos municípios do Litoral Norte representados ou não por suas respectivas associações da sociedade civil ou cooperativas.
- Órgão de preservação do patrimônio natural local: APA Marinha Litoral Norte;
- Órgão das prefeituras responsáveis pelas compras públicas de alimentos;
- Órgão das prefeituras responsáveis pela elaboração e definição do cardápio da alimentação escolar;
- Representantes dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar e/ou Segurança Alimentar;
- Pesquisadores e técnicos envolvidos com o tema da pesca artesanal.

Trabalho em todos os grupos de interesse:

1. Apresentação dos temas, para serem avaliados pelos grupos e adotados ou não como orientadores dos trabalhos. Descartados alguns temas e acrescentados outros, de acordo com a ponderação do grupo;
2. Identificação de seus problemas, reagrupamento destes problemas, identificação de objetivos e apontamento de suas devidas diretrizes.
3. Apresentação do resultado dos grupos de interesses utilizando a metodologia na qual os integrantes de cada grupo de trabalho se dividem e vão a outros grupos ouvir e contar qual foram os principais problemas e soluções apontadas em seu trabalho.

O resultado desse trabalho está registrado, por município, nas tabelas dos Planos de Ações dos municípios do Litoral Norte (pág. 67).

Sistematização das propostas



Oficina para inclusão do pescado no PNAE, Caraguatatuba, Foto: equipe Pólis

As propostas abaixo resumem a sistematização das discussões dos quatro municípios realizadas na oficina. Foram divididas em três grandes temas agregadores:

- Assistência técnica/Burocracia;
- Infraestrutura;
- Conservação do estoque pesqueiro.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E BUROCRACIA

Os encaminhamentos de várias demandas dos pescadores para viabilizar sua inserção no mercado de compras institucionais foram relacionados, durante as oficinas, à necessidade da presença contínua de prestadores de assessoria técnica qualificada para atendê-los. Infelizmente a instituição pública de assistência técnica e extensão rural do estado de São Paulo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, é voltada aos produtores rurais e não possui quadros suficientes para o atendimento aos pescadores artesanais. O Instituto de Pesca da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IP/APTA/SAA), da mesma secretaria é um órgão de pesquisa que pode realizar orientação técnica pontual a empreendimentos, mas não assessoria técnica permanente.

Declaração de Aptidão ao Pronaf

Em relação à Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf), documento que habilita o produtor rural ou pescador a vender para os programas de compras institucionais, apenas Ilhabela não se pronunciou quanto à necessidade de facilitação na sua emissão. Pelo que foi expresso durante as atividades de grupo, a DAP está condicionada à demonstração de que aquele pescador está incluído na coleta de dados para a estatística pesqueira e, portanto, primeiramente se torna necessário aumentar a área de abrangência dessa coleta para que mais pescadores sejam incluídos. A estatística é elaborada pelo Instituto de Pesca/APTA/SAA. Em seguida, a emissão da DAP está vinculada a outro órgão da mesma Secretaria, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Além disso, pescadores de Caraguatatuba sugeriram a parceria entre o Instituto de Pesca e as prefeituras para a complementação da estatística pesqueira, aumentando sua abrangência. As sugestões foram de descentralização da emissão da DAP para as entidades representativas, portanto a Federação dos Pescadores e suas colônias filiadas.

Nota Fiscal

Auxílio técnico para formalização dos pescadores junto à Secretaria de Estado da Fazenda e Receita Federal para emissão de notas fiscais e enquadramento fiscal adequado. Os participantes citaram a dificuldade na emissão de NF individual, como trabalhadores autônomos.

Emissão da Licença de Pesca

Caraguatatuba citou a necessidade de facilitar a emissão da documentação da Licença de Pesca, pois o processo é burocrático e passa por Brasília. Poderia ser iniciada a discussão da descentralização dessa emissão envolvendo o Ministério da Agricultura (área da pesca), Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, prefeituras e entidades representativas dos pescadores, como a Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo e colônias, visando a autonomia regional para a emissão da documentação.



Interlocução dos pescadores com prefeituras e plano de negócios

Há demanda por uma assessoria técnica para a interlocução entre as organizações de pescadores e os setores dos governos municipais que tratam da aquisição de produtos para a alimentação escolar, discutindo as especificidades da Chamada Pública para o pescado e apoiando a elaboração de planos de negócios que atendam às especificidades do fornecimento considerando a sazonalidade da pesca e das espécies.

Caraguatatuba sugeriu a criação de um espaço de discussão entre pescadores e a prefeitura para viabilizar o processo de compra e venda, assim como divulgar as Chamadas Públicas realizadas.

Outro ponto levantado foram dificuldades em relação ao estabelecimento do cardápio, tanto devido à menor aceitação dos alunos aos peixes não tão conhecidos. Somam-se também as dificuldades em relação à quantidade de pescado fornecida, o que pode variar de acordo com fatores da natureza e do ambiente.

Cadeia produtiva da pesca

Durante a oficina foi identificada a necessidade de capacitação das comunidades mais isoladas sobre a cadeia produtiva da pesca, assim como as documentações e os estudos importantes para a atividade.

Parceria com Sebrae/Fatec/Paula Souza/IF Caraguatatuba/Pronatec/MEC

Organização dos pescadores

Foi levantada a necessidade de apoio à organização e gestão de cooperativas e associações para garantir a utilização de infraestruturas já instaladas e futuras, e assessoria contábil para o funcionamento das organizações e na comercialização do pescado, por meio de acompanhamento e capacitação **continuada** promovida por técnicos de instituições públicas ou privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Como alternativa metodológica a essa questão da organização dos pescadores, foi sugerida pelo grupo da prefeitura de Ubatuba a criação de uma incubadora para assessoramento aos pescadores e a seus empreendimentos. Essa alternativa poderia contar com a colaboração de entidades de apoio ao empreendedorismo, como o Sebrae, ou ser pensada através da metodologia utilizada pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), geralmente em parceria com uma universidade pública. Entretanto, para a viabilização dessa demanda é importante o levantamento do interesse das organizações de pescadores no processo de incubação. Para a capacitação das comunidades sobre o cooperativismo, também foi citada a fonte de recursos do Pronatec/MEC.

Em São Sebastião, devido à grande distância entre as comunidades, existe a dificuldade de comunicação que facilite a organização social do setor. Nesse sentido, foi identificada a necessidade de criação/reactivação de uma rádio comunitária para informação às comunidades isoladas.

Outra demanda foi a capacitação de pescadores para aumentar seu conhecimento sobre o PNAE, formas de comercialização, aumento da renda e selos de qualidade, visando o interesse na formalização da atividade da pesca e o fortalecimento do protagonismo das mulheres e dos jovens nas decisões sociais e coletivas da cadeia produtiva da pesca.

Nesses variados tipos de ações, estariam envolvidas as prefeituras com seus departamentos de agricultura e pesca, os institutos de pesquisa, como o Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) ou universidades, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Unifesp (Cecane/PNAE), instituições públicas de assistência técnica e extensão rural, como a Cati/SAA, ou contratação de instituições privadas e organizações dos pescadores.

A existência de condicionantes dos grandes empreendimentos relacionadas às questões das comunidades tradicionais, especialmente dos pescadores artesanais, pode viabilizar o financiamento de ações de assessoria técnica. Outras possíveis fontes de recursos para os pescadores que atuam nas áreas de unidades de conservação, como as APAs Marinhas, podem ser as compensações ambientais provenientes de processos de licenciamento dos grandes empreendimentos da região.

Criação e funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) controla a qualidade dos produtos de origem animal, o local e a higiene do processamento, certificando com selo de garantia os produtos. Pode envolver também a orientação aos produtores quanto à incorporação de novas tecnologias e estratégias com o objetivo de agregar valor aos produtos e gerar emprego e renda.

Sem o certificado de fiscalização e inspeção do pescado, que ateste sua qualidade sanitária, esse não poderá ser comercializado junto à prefeitura.

Os municípios do Litoral Norte se encontram em estágios diferentes para criação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), que virão a certificar a qualidade sanitária do pescado. Portanto, visando o compartilhamento de experiências, foi sugerido um grupo de trabalho intermunicipal para facilitar a execução do SIM.

Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba declaram já possuir a lei aprovada para a instituição do SIM, porém não contam com o serviço efetivamente instalado. Não foi informado se possuem o decreto que regulamenta a implantação e se faltam as instalações, equipamentos e equipe de trabalho. Ilhabela ainda não possui a legislação municipal aprovada.

O Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa) possui técnicos que poderão apoiar a implantação do Serviço de Inspeção Municipal, porém o município deverá contar com equipe apropriada para a manutenção do serviço.

O Instituto de Pesca/APTA/SAA possui conhecimento e equipe para orientar a instalação de plantas básicas de processamento do pescado, porém os serviços de consultoria são remunerados.

Adicionalmente, houve a sugestão de aprofundamento e capacitação de técnicos municipais sobre o SIM, Sisbi e Suasa, serviços de inspeção de qualidade.



INFRAESTRUTURA

As demandas por infraestrutura foram divididas em:

1) Infraestruturas necessárias a curto prazo para as benfeitorias já existentes, mas que necessitam de reformas e outras providências.

Em São Sebastião e Ilhabela, trata-se de restabelecer o fornecimento de energia elétrica para núcleos de venda do pescado, o que exige entendimentos entre a prefeitura e a concessionária de energia elétrica.

Em Ilhabela, recuperar a infraestrutura pública de beneficiamento existente no centro do município e implantar infraestrutura de luz e saneamento básico nas comunidades pesqueiras, além da melhoria de acesso, sendo necessário o envolvimento da prefeitura e da representação dos pescadores e das comunidades.

2) Infraestruturas de médio prazo voltadas às instalações para armazenagem, resfriamento e beneficiamento do pescado. Seriam acompanhadas pelos Serviços de Inspeção Municipal a serem implantados, para que possam efetivamente contribuir com a garantia de qualidade necessária à comercialização do pescado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar junto aos municípios, podendo se estender futuramente a outros programas públicos ou mesmo ao turismo e comércio local.

Para todos os municípios do Litoral Norte, a implantação de infraestrutura de armazenagem e beneficiamento, adequada à inspeção sanitária em núcleos pesqueiros estratégicos, foi a principal demanda, também apontada como deficiência estrutural. Essa ação aparece como necessária ao cumprimento das exigências de higiene e das boas práticas na manipulação do pescado para a entrega à prefeitura nas condições preconizadas pela legislação sanitária. É de maior complexidade, pois necessita o projeto básico das instalações com as características construtivas adequadas à legislação, área para edificação e aquisição de equipamentos. Porém, além da infraestrutura, a organização dos pescadores deverá estar suficientemente preparada para assumir a gestão desse empreendimento, sob o risco de ficar abandonado logo na primeira dificuldade financeira ou administrativa encontrada. Portanto, essa demanda se coaduna com a necessidade de assistência técnica pesqueira e de gestão de empreendimentos a ser desenvolvida concomitantemente.

Foi citada ainda a necessidade da construção de um estaleiro e ranchos de pesca em São Sebastião, a reforma do edifício da cooperativa e providências para a refrigeração do pescado, ou por meio da manutenção da fábrica de gelo inativa ou pela compra de câmara fria, bem como acesso ao combustível para as embarcações.



Houve também a menção à melhoria da comunicação entre os pescadores a partir da instalação de antenas e outros equipamentos necessários e/ou a criação de rádio comunitária dos pescadores.

É possível também verificar a possibilidade de mobilizar recursos de condicionantes dos grandes empreendimentos para viabilizar o financiamento de instalação de infraestrutura, como foi realizado no caso do Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP), pela Petrobras. Outras possíveis fontes de recursos para os pescadores que atuam nas áreas das unidades de conservação podem ser as compensações ambientais provenientes de processos de licenciamento dos grandes empreendimentos da região.

CONSERVAÇÃO DO ESTOQUE PESQUEIRO

Uma preocupação primordial para a atividade da pesca, abordada nos grupos, e que pode ser vista como ação urgente e sem prazo para encerramento, foi a conservação do estoque pesqueiro. A escassez do pescado foi relatada por algumas comunidades pesqueiras, que veem a poluição e falta de saneamento básico, a ocupação desordenada de rios e mangues, o crescimento do turismo náutico e a deficiência na fiscalização da pesca ilegal como principais fatores atrelados.

Foram sugeridas as ações relacionadas abaixo:

- Realizar a demarcação do território de pesca tradicional/artesanal no plano de manejo da APA Marinha do Litoral Norte;
- Promover estudos sobre a situação atual do estoque das diferentes espécies e adaptação do período de defeso à realidade;
- Aumentar a fiscalização das embarcações e o despejo de detritos;
- Aumentar a fiscalização da pesca ilegal, especialmente a pesca amadora e o arrastão;
- Aumentar a fiscalização das ocupações irregulares em rios e manguezais;
- Executar o plano municipal de drenagem de Caraguatatuba.

Por outro lado, para fazer frente ao problema da sazonalidade no fornecimento do pescado, também foi sugerida pela Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) a possibilidade de implantação alternativa da pequena aquicultura a ser desenvolvida pelas famílias de pescadores artesanais. Nesse caso, é extremamente necessária a assessoria técnica.

Para a sua execução, foram citados os institutos de pesquisa, como o Instituto de Pesca/APTA/SAA, universidades, organizações de pescadores, poder público municipal, estadual, Cetesb, Marinha e APA Marinha do Litoral Norte.

OUTROS

Outros pontos citados pelos grupos durante a Oficina:

- Fortalecer a imagem do pescador artesanal e sensibilizar os gestores públicos sobre sua importância;
- Realizar cursos periódicos para merendeiras sobre a culinária local e alimentação saudável;
- Realizar feira gastronômica de caráter regional, com inclusão de receitas e comidas que utilizem os diferentes peixes da região;
- Realizar campanhas com pais, alunos e funcionários das escolas sobre o tema da importância do pescado na alimentação escolar;
- Realizar campanhas de divulgação sobre a época de pesca dos peixes utilizados para a alimentação, visando auxiliar as compras do PNAE assim como a proteção dos recursos pesqueiros.

Estratégias para a execução das ações



Pesca artesanal Litoral Norte Foto: Portal de Caraguá/Divulgação

Para levar adiante a proposta de inclusão do pescado na alimentação escolar, foram elencadas pelos participantes da oficina, tanto representantes do poder público quanto os pescadores, diversas frentes de ações, como podemos observar pela leitura deste relatório. Porém, no entender dessa relatoria, não há como priorizar e administrar a infraestrutura para uso comum sem discussão, organização e capacidade de gestão por parte das organizações de pescadores artesanais e pelas próprias prefeituras. **Portanto, em nosso entendimento, a assessoria técnica deve ocorrer simultaneamente à implantação da infraestrutura.**

Tendo em vista a multiplicidade de atores sociais e as diversas frentes de ação tratadas neste plano, uma possível estratégia para sua execução e que se relaciona diretamente com processos de licenciamento de grandes empreendimentos que ocorrem no território, é o financiamento via condicionantes, fruto de medidas mitigadoras e compensatórias de grandes empreendimentos, com especial relevância para os Programas de Educação Ambiental.

- **ASSESSORIA TÉCNICA VIA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEAs) DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS:** Os Programas de Educação Ambiental dos diversos empreendimentos que, por tratarem especificamente da relação entre o empreendimento e suas consequências para o meio ambiente/ atividades desenvolvidas na região, incluindo a pesca, poderiam ser dirigidos à execução de ações necessárias à implementação deste plano, a exemplo do Projeto Pescarte da Bacia de Campos. O Pescarte vem sendo desenvolvido por meio de convênio entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense, inserido na linha de ação A da Nota Técnica do Ibama CGPEG/Dilic/Ibam 01/10, cujo objetivo é promover a “organização comunitária para participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental”.

“O foco do projeto é o fortalecimento da organização comunitária por meio da construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda (GRT) que viabilizem ações econômicas solidárias e reforcem as identidades produtivas locais de comunidades de pescadores artesanais afetadas pelos impactos da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos”. Dessa forma, poderiam ser abarcadas várias ações, entre elas os temas destacados na Oficina.

- **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL:** Realizar a articulação com o Ministério da Agricultura, superintendência de São Paulo, para traçar um cronograma de trabalho para a avaliação da implantação do SIM nos quatro municípios e projetar os próximos passos que envolvem decisões do poder municipal quanto à elaboração de decretos de regulamentação, instalações/infraestrutura, contratação de equipe técnica etc.;
- **INFRAESTRUTURA:** Realizar a avaliação do estágio de implantação das infraestruturas demandadas, discussão das plantas adequadas, elaboração dos projetos e dimensionamento dos equipamentos para beneficiamento para os quatro municípios. Só poderia ser iniciada caso houvesse uma consultoria especializada ou órgão público especializado, como o Instituto de Pesca/APTA/SAA, que colaborasse no levantamento e avaliasse também as necessidades de regularização de espaços públicos e licenciamento ambiental para cada obra sugerida.
- **CRIAÇÃO DE TERRITÓRIO:** Realizar a articulação da sociedade civil, organizações de quilombos, caiçaras e pescadores, prefeituras dos quatro municípios e outros órgãos estaduais/federais, que trabalham com a gestão do território marinho, para discutir e propor ao Ministério de Desenvolvimento Agrário a criação de um território étnico/da pesca a fim de que futuramente sejam priorizados recursos federais para a execução de projetos.

Parcerias

O encaminhamento e execução das ações do Plano de Inclusão do Pescado na Alimentação Escolar pressupõe a articulação de parcerias entre instituições nas áreas de capacitação, pesquisa, assessoria técnica, fiscalização, organizações de pescadores e o poder público municipal, estadual e federal. Foram relacionados os seguintes parceiros:

- **ASSESSORIA TÉCNICA/CAPACITAÇÃO:** Prefeituras, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/SAA, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Cecane, Instituto da Pesca/APTA/SAA, universidades, Sebrae, organizações dos pescadores e Ministério do Desenvolvimento Agrário (futuramente por meio de editais);
- **EMIÇÃO DE DAP E LICENÇA DA PESCA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/SAA, Federação dos Pescadores, colônias de pescadores e setor do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que ficou responsável pela emissão das licenças após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura;
- **SIM:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prefeituras, Instituto de Pesca/APTA/SAA e organizações dos pescadores artesanais;
- **INFRAESTRUTURA:** prefeituras municipais, organizações de pescadores, Instituto de Pesca/APTA/SAA, governo estadual e federal e Secretaria do Patrimônio da União;
- **CONSERVAÇÃO DO ESTOQUE PESQUEIRO:** Instituto de Pesca/APTA/SAA, universidades, organizações de pescadores artesanais, poder público municipal e estadual, Cetesb, Marinha e APA Marinha do Litoral Norte.

Novamente, cabe lembrar que é necessário estudar a possibilidade dos recursos das condicionantes dos grandes empreendimentos virem a viabilizar o financiamento de ações elencadas neste Plano.



Planos de ação dos municípios do litoral norte



Os planos de ações para cada município registrados nas tabelas a seguir expressam o debate realizado na Oficina Inserção do Pescado na Alimentação Escolar nos Municípios do Litoral Norte e registram as propostas ali elaboradas. A sistematização dos resultados de cada grupo foi realizada pela equipe técnica do Observatório Litoral Sustentável com a contribuição da equipe da APA Marinha do Litoral Norte.

CARAGUATATUBA



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
1. Infraestrutura	Implementação de infraestrutura de armazenagem, beneficiamento adequada à inspeção sanitária	Projeto Básico da planta	Contratação de empresa de engenharia especializada	(já existe a regulamentação do SIM pelo município)	
		Área para a edificação	Verificar áreas disponíveis, preferencialmente públicas, nas proximidades das áreas de desembarque da pesca	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
		Aquisição de Equipamentos		Mapeamento das fontes de financiamento	
	Manutenção da infraestrutura instalada	Restabelecer o fornecimento de energia para os núcleos de venda do pescado	Negociação com prefeitura e concessionária de energia		
2. Burocracia	Aumentar o acesso à DAP	Aprimorar e aumentar a abrangência da estatística pesqueira por meio da descentralização	Descentralizar para as instituições representativas dos pescadores a coleta e ateste da produção dos pescadores		
	Facilitar o acesso à Licença de Pesca	Descentralizar a emissão da Licença de Pesca	Buscar interlocução com os órgãos competentes (estadual e federal) para tratar do tema	Interlocução entre Secretaria de Agricultura do Estado (Cati), Prefeitura e entidades representativas dos pescadores para debater as possíveis ações	

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, concessionária de energia e entidade dos pescadores	X			X	
				X			X
		Ministério da Agricultura (Secretaria da Pesca), Prefeituras, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e entidades representativas dos pescadores (Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo e colônias)			X		X



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
3. Assistência Técnica	Redução da carga tributária	Fornecer assessoria contábil para os pescadores	Capacitação por instituições dedicadas à formação técnica e auxílio de microempreendedores		
	Cumprir as exigências para o fornecimento do pescado para a prefeitura	Fornecer assessoria técnica e extensão pesqueira continuada para fortalecer a organização dos pescadores	Contratar instituição pública ou privada especializada na extensão pesqueira		
	Elaboração de plano de negócio que atenda às especificidades da pesca	Adaptar o processo de compra pública do PNAE à sazonalidade da pesca	Realizar estudo para tornar o termo de referência sensível às questões da sazonalidade		
		Plano de negócio elaborado em parceria com instituições de pesquisa especializadas na pesca para lidar com a questão da sazonalidade	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca		
		Plano de Gestão para utilização compartilhada dos equipamentos pelas organizações dos pescadores	Contratar instituição pública ou privada especializada na extensão pesqueira		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
				X			
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)		X			X
		Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo)	X				X
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)	X				X
				X		X	



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
3. Assistência Técnica	Garantir a qualidade ambiental dos territórios da pesca	Aumentar a fiscalização das embarcações e o despejo de detritos	Mobilização junto aos órgãos de fiscalização		
		Executar o Plano Municipal de Saneamento e Drenagem	Mobilização junto aos órgãos municipais e estaduais responsáveis pelo cumprimento do plano		
		Aumentar a fiscalização da pesca ilegal, especialmente a pesca amadora e arrastão	Mobilização junto aos órgãos de fiscalização		
	Organização dos Pescadores	Capacitação para promover a utilização da infraestrutura instalada por pescadores cooperados ou não cooperados	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira		
	Diálogo permanente para a aquisição do pescado	Garantir a interlocução entre setor de alimentação escolar da prefeitura e pescadores	Montar espaço permanente para tratar da viabilização da compra do pescado pela prefeitura		
	Conservar o recurso pesqueiro	Estudo sobre a situação atual do estoque das diferentes espécies, o período do defeso	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca	Buscar fontes de financiamento	

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
		Marinha, unidades de conservação, prefeitura, instituições representativas dos pescadores	X				X
		Prefeitura, governo do estado (Cetesb), Ministério Público		X		X	
		Marinha, unidades de conservação, prefeitura, instituições representativas dos pescadores	X				
		Prefeitura e Instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X			X	
		Prefeitura e organizações de pescadores	X			X	
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)		X			X

SÃO SEBASTIÃO



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
1. Infraestrutura	Implementação de infraestrutura de armazenagem, beneficiamento adequada à inspeção sanitária em núcleos pesqueiros estratégicos	Projeto Básico da planta	Contratação de empresa de engenharia especializada		
		Área para a edificação	Verificar áreas disponíveis, preferencialmente públicas, nas proximidades das áreas de desembarque da pesca	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
		Aquisição de equipamentos	Buscar financiamento		
	Implementar infraestrutura de estoque nas comunidades pesqueiras	Implementar infraestrutura de estocagem do pescado nas comunidades pesqueiras	Buscar financiamento		
	Fornecer infraestrutura de apoio à pesca	Construir estaleiro e fornecer maquinário para as organizações dos pescadores	Buscar financiamento		
		Melhoria da comunicação a partir da instalação de antenas e outros equipamentos necessários	Negociação com prefeitura e concessionária de telefonia		
	Manutenção da infraestrutura instalada	Reforma do edifício da cooperativa	Buscar financiamento	Elaboração de projeto básico	
	Manutenção da infraestrutura instalada	Fábrica de gelo inativa	Financiamento para compra de câmara fria		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento) e governo estadual e federal		X			
		Prefeitura, governo do estado, Agência Nacional de Comunicação, Ministério da Comunicação, concessionária de telefonia		X			X
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento) e governo estadual e federal	X			X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento) e governo estadual e federal	X			X	



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
2. Burocracia	Regulamentar o SIM	Criar legislação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Elaborar proposta de regulamentação e planejamento para a implantação do sistema de inspeção		
	Aumentar o acesso à DAP	Aprimorar e aumentar a abrangência da estatística pesqueira por meio da descentralização	Descentralizar para as instituições representativas dos pescadores a coleta e ateste da produção dos pescadores		
3. Assistência Técnica	Cumprir as exigências para o fornecimento do pescado para a prefeitura	Fornecer assessoria técnica e extensão pesqueira continuada para fortalecer a organização dos pescadores	Contratar instituição pública ou privada especializada na extensão pesqueira		
	Elaboração de plano de negócio que atenda às especificidades da pesca	Capacitar técnicos da prefeitura sobre o PNAE e adaptar o processo de compra pública à sazonalidade da pesca	Realizar capacitação com os técnicos e elaborar estudos para tornar o termo de referência sensível às questões da sazonalidade		
		Capacitar comunidades de pescadores com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o PNAE e outras alternativas de renda e acesso a recursos	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira		
		Plano de negócio elaborado em parceria com instituições de pesquisa especializadas na pesca para lidar com a questão da sazonalidade	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira.		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
		Prefeitura e entidade dos pescadores		X		X	
		Governo do estado,(Cati), prefeitura, organizações de pescadores, Instituto de Pesca		X			X
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)		X			X
		Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cati, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X				X
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca e Cati), grandes empreendedores (financiadores), instituições de apoio ao empreendedor (Fatec e Sebrae)	X				X
		Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca e Cati) e grandes empreendedores (financiadores)	X			X	



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
3. Assistência Técnica	Diálogo permanente para a aquisição do pescado				
	Organizações de pescadores	Criar rádio comunitária dos pescadores	Financiamento e autorização para a rádio		
		Capacitação para promover a utilização da infraestrutura instalada por pescadores cooperados ou não cooperados e as normas sanitárias	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
		Prefeitura e organizações de pescadores	X			X	
		Prefeitura e instituições representativas dos pescadores, grandes empreendedores (financiadores) e Ministério das Comunicações		X		X	
		Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X			X	



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
1. Infraestrutura	Implementação de infraestrutura de armazenagem, beneficiamento adequada à inspeção sanitária em núcleos pesqueiros estratégicos	Projeto básico da planta	Contratação de empresa de engenharia especializada	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
		Área para a edificação	Verificar áreas disponíveis, preferencialmente públicas, nas proximidades das áreas de desembarque da pesca	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
		Aquisição de equipamentos	Buscar financiamento	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
	Implementar infraestrutura de estoque nas comunidades pesqueiras	Implementar infraestrutura de estocagem do pescado nas comunidades pesqueiras	Buscar financiamento		
2. Burocracia	Aumentar o acesso à DAP	Realizar mutirão nas comunidades de pescadores para a emissão da DAP e sobre a importância da emissão da nota fiscal, entre outros temas	Buscar parceria com as instituições responsáveis, especialmente a Cati		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento) e governo estadual e federal	X			X	
		Governo do estado (Cati), prefeitura, organizações de pescadores, Instituto de Pesca	X				X



3. Assistência Técnica

Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
3. Assistência Técnica	Cumprir as exigências para o fornecimento do pescado para a prefeitura	Fornecer assessoria técnica e extensão pesqueira continuada para fortalecer as organizações de pescadores	Contratar instituição pública ou privada especializada na extensão pesqueira		
	Elaboração de plano de negócio que atenda às especificidades da pesca	Capacitar técnicos da prefeitura sobre o PNAE e sobre os produtos oferecidos	Realizar capacitação com os técnicos da prefeitura, especialmente sobre PNAE, IM, Sisbi e Suasa, e com merendeiras, especialmente sobre a elaboração de cardápio específico para a utilização do pescado		
		Capacitar comunidades de pescadores com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o PNAE e outras alternativas de renda e acesso a recursos	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira		
		Montar incubadora para assessoramento dos pescadores e seus empreendimentos	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca e na extensão pesqueira		
	Conservar o recurso pesqueiro e os territórios da pesca	Demarcação do território de pesca tradicional/artesanal no plano de manejo da APAMLN	Atuar junto à APAMLN para garantir a previsão do processo de demarcação do território de pesca tradicional/artesanal		
	Organizações de pescadores	Fortalecer o papel das mulheres e dos filhos no circuito do pescado	Sensibilização dos pescadores por meio de capacitação oferecida por instituição parceira especializada		
		Fortalecer a imagem do pescador artesanal e sensibilizar os gestores públicos sobre sua importância	Sensibilização dos gestores por meio de capacitação oferecida por instituição parceira especializada		

Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
		Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
					L	R
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)		X			X
	Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cati, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X				X
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca e Cati), grandes empreendedores (financiadores), instituições de apoio ao empreendedor (Fatec e Sebrae)	X				X
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca e Cati), grandes empreendedores (financiadores), instituições de apoio ao empreendedor (Fatec e Sebrae)	X			X	
	Organização dos pescadores e Câmara Técnica de Pesca da APAMLN	X				X
			X		X	
			X		X	



Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias	
1. Infraestrutura	implementação de infraestrutura de armazenagem, beneficiamento adequada à inspeção sanitária em núcleos pesqueiros estratégicos	Projeto básico da planta	Contratação de empresa de engenharia especializada	Regulamentação do SIM	
		Área para a edificação	Verificar áreas disponíveis, preferencialmente públicas, nas proximidades das áreas de desembarque da pesca	Capacitação e organização dos pescadores voltadas para a administração da unidade de beneficiamento	
		Aquisição de equipamentos	Mapeamento das fontes de financiamento		
	Implementar infraestrutura básica nas comunidades pesqueiras	Implementar infraestrutura de luz e saneamento básico nas comunidades pesqueiras e melhorar o acesso a elas	Mobilização junto à prefeitura e aos órgãos públicos estaduais e federais responsáveis pelo financiamento de infraestrutura		
	Manutenção da infraestrutura instalada	Recuperar e organizar a infraestrutura pública existente no Centro	Negociação com prefeitura e buscar financiamento		
2. Burocracia	regulamentar o SIM	Criar legislação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Elaborar proposta de regulamentação e planejamento para a implantação do sistema de inspeção		

	Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
			Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
						L	R
	Contratação dos profissionais (veterinário)	Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento), Ministério da Agricultura		X		X	
		Prefeitura, organizações de pescadores, grandes empreendedores (financiamento) e governo estadual e federal		X			
		Prefeitura e entidade dos pescadores	X			X	
		Prefeitura e entidade dos pescadores		X		X	



3. Assistência Técnica

Objetivos Globais	Objetivo Específico	Ações, Projetos, Conteúdos	Procedimentos (o que e como fazer)	Ações Prévias Necessárias		
3. Assistência Técnica	Cumprir as exigências para o fornecimento do pescado para a prefeitura	Fornecer assessoria técnica e extensão pesqueira continuada para fortalecer a organização dos pescadores	Contratar instituição pública ou privada especializada na extensão pesqueira			
	Elaboração de plano de negócio que atenda às especificidades da pesca	Capacitar técnicos da prefeitura sobre o PNAE e adaptar o processo de compra pública à sazonalidade da pesca	Realizar capacitação com os técnicos e elaborar estudos para tornar o termo de referência sensível às questões da sazonalidade			
		Capacitar comunidades de pescadores com o objetivo de formalizar a atividade e aumentar o conhecimento sobre o PNAE	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca			
	Demarcar o território pesqueiro	Elaborar estudo para a demarcação da área reservada à pesca artesanal	Mobilização junto aos órgãos responsáveis pela demarcação			
	Diálogo permanente para a aquisição do pescado	Garantir a interlocução entre setor de alimentação escolar da prefeitura e pescadores	Montar espaço permanente para tratar da viabilização da compra do pescado pela prefeitura, especialmente para elaboração das chamadas públicas			
	Organizações de pescadores	Capacitação para promover a organização dos pescadores por meio do associativismo/ cooperativismo	Contratar instituição pública ou privada especializada na cadeia de produção da pesca			
	Promover o pescado local	Realizar feira gastronômica de caráter regional com a inclusão de receitas e comidas utilizando diferentes tipos de peixes da região, como o carapau	Mobilizar organizações de pescadores, prefeituras e apoiadores para viabilizar proposta do evento	Elaborar proposta para o evento		
		Realizar campanha voltada para pais, alunos e funcionários da escola sobre a importância do pescado na alimentação escolar	Mobilizar organizações de pescadores, prefeituras e apoiadores para viabilizar proposta de campanha	Elaborar proposta para a campanha		

Ações Paralelas	Agentes Envolvidos	Ordem de Realização			Escala	
		Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Local	Regional
					L	R
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)		X			X
	Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X				X
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo (Instituto de Pesca) e grandes empreendedores (financiadores)	X				X
	Marinha, unidades de conservação, prefeitura, instituições representativas dos pescadores	X				X
	Prefeitura e organizações de pescadores	X			X	
	Prefeitura e instituições representativas dos pescadores e institutos de pesquisa (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, Cecane/Unifesp) e grandes empreendedores (financiadores)	X			X	
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo e grandes empreendedores (financiadores)		X			X
	Prefeitura, instituições representativas dos pescadores, governo do estado de São Paulo e grandes empreendedores (financiadores)		X			X



